



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE**

**FABIANA ZANDONAI POETA**

**JULGAMENTO RELACIONADO ÀS CONTINGÊNCIAS:  
MENSURAÇÃO E ANÁLISE DAS EXPRESSÕES VERBAIS DE  
PROBABILIDADES RELATIVAS AO PASSIVO  
CONTINGENTE**

**FLORIANÓPOLIS  
2012**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE**

Fabiana Zandonai Poeta

**JULGAMENTO RELACIONADO ÀS CONTINGÊNCIAS:  
MENSURAÇÃO E ANÁLISE DAS EXPRESSÕES VERBAIS DE  
PROBABILIDADES RELATIVAS AO PASSIVO  
CONTINGENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. José Alonso Borba.

**FLORIANÓPOLIS  
2012**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Poeta, Fabiana Zandonai

Julgamento relacionado às contingências [dissertação] : mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente / Fabiana Zandonai Poeta ; orientador, José Alonso Borba – Florianópolis, SC, 2012.

117 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.

Inclui referências

1. Contabilidade.
2. Perda por contingências.
3. CPC 25.
4. Julgamento.
5. Probabilidades. I. Borba, José Alonso. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. III. Título.

**FABIANA ZANDONAI POETA**

**JULGAMENTO RELACIONADO ÀS CONTINGÊNCIAS:  
MENSURAÇÃO E ANÁLISE DAS EXPRESSÕES VERBAIS DE  
PROBABILIDADES RELATIVAS AO PASSIVO  
CONTINGENTE**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de “Mestre em Contabilidade”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 23 de Julho de 2012.

---

Prof. José Alonso Borba, Dr.  
Coordenador do Programa

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. José Alonso Borba (Orientador)  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Roni Cleber Dionizio  
Universidade de São Paulo

---

Prof. Dr. Fernando Dal-Ri Murcia  
Universidade de São Paulo

---

Prof. Dr. Ernesto Fernando Rodrigues Vicente  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Sérgio Murilo Petri  
Universidade Federal de Santa Catarina



*À minha mãe, Teresinha,  
minhas irmãs, Zoleide e  
Eliane, e meu esposo,  
Ismael, com amor.*



## AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me dado força e perseverança, iluminando-me na realização de mais esta etapa da minha vida.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Alonso Borba, pelas ideias e ensinamentos repassados desde a graduação, pelo incentivo e pela confiança em mim depositada nestes anos.

À minha mãe e minhas irmãs, pelo amor, carinho e educação recebida, ensinando-me os verdadeiros valores da vida.

Ao meu esposo, pelo amor, companheirismo e compreensão em todo o tempo que dediquei ao mestrado. Por me dar força sempre que pensei em desistir. Por fazer a vida ser muito melhor ao teu lado.

A todos os amigos e aos colegas de mestrado que torceram por mim. Aos colegas de trabalho pelo apoio e incentivo, muito obrigada por compartilharem comigo esta conquista.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, pelos conhecimentos repassados ao longo do curso.

Aos membros da banca pela disposição em participar da defesa deste trabalho.



"A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo".

*Albert Einstein*



POETA, Fabiana Zandonai. **Julgamento relacionado às contingências:** mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente, 2012, 117f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Orientador: Prof. Dr. José Alonso Borba

## **RESUMO**

O aumento do julgamento e da subjetividade, por meio dos diversos pronunciamentos emitidos pelos órgãos reguladores, requer que os contadores e gestores apliquem seus conhecimentos e estimativas em prol de uma contabilidade mais realista e menos sujeita a regras impostas. A mensuração das contingências é um exemplo de situação que envolve a interpretação de probabilidades. Diante disso, o objetivo geral é verificar como ocorre a interpretação dos termos de probabilidade do CPC 25 e se existem diferenças ou preferências entre as interpretações feitas a partir destes termos para probabilidades numéricas e, vice-versa, a partir de probabilidades numéricas para os termos provável, possível e remota. Para isso, foram elaborados dois testes, em que os respondentes encontraram situações que envolviam decisões relacionadas às contingências, os testes foram elaborados com base nos estudos de Du e Stevens (2011); Du, Stevens e McEnroe (2011); Aharony e Dotan (2004) e de Tsakumis (2007). Foram selecionados para a amostra os estudantes de graduação em Ciências Contábeis de uma universidade federal, que estivessem cursando 5ª fase ou superior. Compuseram a amostra 174 estudantes. Para verificar as interpretações partindo-se de termos verbais para probabilidades numéricas, os estudantes foram solicitados a responder qual a sua percepção a respeito das três regiões de probabilidade, marcando suas escolhas em uma escala de 0 a 100%. Para verificar as interpretações a partir de probabilidades numéricas para os termos verbais, os participantes eram solicitados a decidir qual o termo que melhor descrevia cada probabilidade numérica, escolhendo entre "remota", "possível" e "provável". Com base nos objetivos específicos, foram elaboradas três hipóteses de pesquisas, que, após a obtenção das respostas dos estudantes, foram testadas estatisticamente, utilizando-se o Teste U de Mann-Whitney, Teste de Levene, dentre outras. Os resultados demonstram que as médias no ponto X não são estatisticamente diferentes entre os dois tipos de testes. Por outro lado,

as médias do ponto Y são consideradas estatisticamente diferentes entre os testes. Do mesmo modo, a variância no ponto X não foi estatisticamente diferente entre os dois testes. No entanto, as variâncias do ponto Y se apresentaram estatisticamente maiores na tradução verbal para numérica. Na questão pós-experimental 86% dos estudantes responderam que a inclusão de probabilidades numéricas aos termos utilizados pela norma CPC 25 facilitaria a interpretação das contingências. As evidências sugerem que o uso de julgamento profissional pode não levar a uma solução absolutamente correta, tendo nuances sempre que julgado por diferentes indivíduos e a tradução verbal-numérica e numérica-verbal podem envolver processos de julgamento diferentes e, portanto, podem ter um impacto diferente nos demonstrativos contábeis.

**Palavras-chave:** Perda por contingências. CPC 25. Probabilidades numéricas. Probabilidades verbais. Julgamento.

## ABSTRACT

The increase of judgment and subjectivity through the various statements issued by regulatory agencies, requires that accountants and managers apply their knowledge and estimates in favor of an accounting more realistic and less susceptible to imposed rules. The measurement of contingencies is an example of a situation that involves the interpretation of probabilities. Thus, this dissertation aims to verify how the interpretation of the probability terms of CPC 25 occurs and whether there are differences between the preferences or interpretations made from these terms to numerical probabilities, and vice versa, from numerical probabilities to the terms probable, possible and remote. For this, two tests were developed, in which respondents found situations involving decisions related to contingencies, the tests were developed based on studies of Du and Stevens (2011), Du, Stevens and McEnroe (2011), Aharony and Dotan (2004 ) and Tsakumis (2007). Were selected for the sample undergraduate students in Accounting from Federal University of Santa Catarina. The sample consisted in 174 students. To verify the interpretations of terms starting from verbal to numerical probabilities, students were asked to answer what is your perception about the three regions of probability, marking their choices on a scale of 0 to 100%. To verify the interpretations from numerical probabilities to verbal terms, participants were asked to decide on the term that best described each numerical probability, choosing between "remote", "possible" and "probable." Based on the specific objectives were developed three research hypotheses, which, after obtaining the responses of students, were tested statistically, using the U test of Mann-Whitney, Levene Test, and other analyzes. The results show that the means at the point X is not statistically different between the two types of tests. Moreover, the mean point Y are considered statistically different between the test. The variance at point X was not statistically different between the two tests. However, the variances of the point Y was statistically higher in numerical translation. In post-experimental question 86% of the students responded that the inclusion of numerical probabilities to the terms used by the standard 25 CPC would facilitate the interpretation of the contingencies. Evidence suggests that the use of professional judgment may not lead to an absolutely correct solution, with nuances when judged by different individuals and verbal-to-numeric and numeric-to-verbal translation may involve different judgment processes and therefore may have a different impact the financial statements.

**Keywords:** Loss contingency. CPC 25. Numerical probability. Verbal probability. Judgment.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figuras

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Fontes de informação que influenciam a comunicação .....  | 40 |
| Figura 2 – Parte final do teste avaliativo das interpretações partindo-se de termos verbais para probabilidades numéricas..... | 72 |
| Figura 3 – Parte final do teste avaliativo das interpretações partindo-se de probabilidades numéricas para verbais.....        | 73 |
| Figura 4 – Questão pós-experimental.....   | 74 |

### Quadros

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 – Definições das expressões de probabilidades.....  | 42 |
| Quadro 2 – Expressões de probabilidades e seus equivalentes numéricos de outros estudos .....  | 44 |
| Quadro 3 – Conceitos Relacionados às Contingências .....   | 46 |
| Quadro 4 – Quantidade de empresas que divulgaram determinados tipos de contingências no estudo de Poeta, Von Knoblauch e Borba (2011)..... | 49 |
| Quadro 5 – Resumo do tratamento contábil dos passivos contingentes.....  | 53 |
| Quadro 6 – Resumo do tratamento contábil dos ativos contingentes....   | 54 |
| Quadro 7 – Pesquisas relacionadas a contingências ambientais.....  | 60 |
| Quadro 8 – Pesquisas relacionadas à interpretação das contingências..  | 63 |



## **LISTA DE GRÁFICOS**

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 – Distribuição das respostas no teste verbal-numérico .....  | 85 |
| Gráfico 2 – Distribuição das respostas no teste numérico-verbal .....  | 86 |
| Gráfico 3 – Opinião dos participantes na questão pós-experimental .... | 88 |



## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Frequências das Probabilidades Quanto aos Pontos X e Y no Teste Verbal-Numérico ..... | 82 |
| Tabela 2 – Frequências das Probabilidades Quanto aos Pontos X e Y no Teste Numérico-Verbal ..... | 83 |
| Tabela 3 – Dados Descritivos dos Pontos X e Y nos Testes .....                                   | 84 |
| Tabela 4 – Teste U de Mann-Whitney .....   | 84 |
| Tabela 5 – Teste de Levene .....   | 87 |



## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>25</b> |
| 1.2 OBJETIVOS .....  | 29        |
| <b>1.2.1 OBJETIVO GERAL</b> .....  | <b>29</b> |
| <b>1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b> .....   | <b>29</b> |
| 1.3 HIPÓTESES .....  | 29        |
| 1.4 JUSTIFICATIVA.....   | 30        |
| 1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO .....  | 31        |
| <b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....   | <b>33</b> |
| 2.1 JULGAMENTO E ESCOLHA.....  | 33        |
| 2.2 O USO DE TERMOS VERBAIS E NUMÉRICOS NA INTERPRETAÇÃO DE PROBABILIDADES ..... | 36        |
| 2.3 AS EXPRESSÕES DE PROBABILIDADE DOS PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES .....      | 40        |
| 2.4 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E ATIVAS .....  | 45        |
| 2.5 CONTINGÊNCIAS CONFORME O CPC 25.....   | 49        |
| <b>2.5.1 RECONHECIMENTO</b> .....  | <b>51</b> |
| <b>2.5.2 MENSURAÇÃO</b> .....  | <b>54</b> |
| <b>2.5.3 DIVULGAÇÃO</b> .....  | <b>55</b> |
| 2.6 DIFERENÇA ENTRE PROVISÃO E RESERVA .....                                     | 57        |
| 2.7 PESQUISAS ANTERIORES.....  | 59        |
| <b>3 METODOLOGIA</b> .....   | <b>69</b> |
| 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....   | 69        |
| 3.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA.....  | 69        |
| 3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS .....                     | 70        |
| 3.4 O PRÉ-TESTE .....  | 75        |
| 3.6 FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES.....  | 75        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>3.6.1 MÉDIA DOS VALORES ATRIBUÍDOS AOS TERMOS (PROVÁVEL, POSSÍVEL E REMOTA)</b> ..... | <b>75</b>  |
| <b>3.6.2 VARIAÇÃO DOS VALORES NUMÉRICOS</b> .....  | <b>76</b>  |
| <b>3.6.3 OPINIÃO DOS PARTICIPANTES</b> .....   | <b>76</b>  |
| <b>3.7 TESTES DAS HIPÓTESES DE PESQUISA</b> .....  | <b>77</b>  |
| <b>3.8 LIMITAÇÕES DA PESQUISA</b> .....  | <b>78</b>  |
| <b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....  | <b>81</b>  |
| <b>4.1 DADOS DESCRITIVOS DAS AMOSTRAS</b> .....  | <b>81</b>  |
| <b>4.2 MÉDIA DOS VALORES ATRIBUÍDOS AOS TERMOS DE PROBABILIDADE</b> .....                | <b>84</b>  |
| <b>4.3 VARIABILIDADE DOS VALORES OBTIDOS NAS ANÁLISES NUMÉRICA E VERBAL</b> .....        | <b>85</b>  |
| <b>4.4 CRENÇA DOS PARTICIPANTES QUANTO AO USO DE PROBABILIDADES NUMÉRICAS</b> .....      | <b>88</b>  |
| <b>5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS</b> .....                             | <b>91</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>95</b>  |
| <b>APÊNDICE A – TESTE TRADUÇÃO VERBAL-NUMÉRICA</b> .....                                 | <b>107</b> |
| <b>APÊNDICE B – TESTE TRADUÇÃO NUMÉRICA-VERBAL</b> .....                                 | <b>111</b> |
| <b>APÊNDICE C – QUESTÃO PÓS-EXPERIMENTAL</b> .....                                       | <b>115</b> |
| <b>ANEXO A – FLUXOGRAMA CPC 25</b> .....   | <b>117</b> |

# 1 INTRODUÇÃO

A internacionalização das normas contábeis no Brasil gerou uma nova perspectiva para as decisões a serem tomadas por contadores e tomadores de decisões em geral. É possível verificar um aumento considerável na subjetividade e consequentemente na responsabilidade do tomador de decisões. Neste contexto, um dos maiores objetivos é permitir a transparência e a confiabilidade nos relatórios fornecidos pelas companhias.

Por serem mais complexos e menos comuns, porém, por terem uma grande representatividade no futuro das entidades, alguns temas demandam de grande atenção e conhecimento quanto à sua utilização, este é o caso das contingências.

A interpretação equivocada das contingências pode gerar alterações nos resultados das companhias, que consequentemente afetam seus investidores. Du e Stevens (2011) ressaltam que diferenças na interpretação das probabilidades podem resultar em uma aplicação inconsistente das normas de contingências e comprometer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Baptista (2009, p. 234) destaca que “o maior poder de julgamento atribuído aos profissionais de Contabilidade pode contribuir para o delineamento de um ambiente mais propício à prática da manipulação do resultado contábil”. No caso das contingências, uma possível alteração na classificação de um ativo ou passivo contingente, poderia aumentar ou diminuir o patrimônio líquido, alterando a percepção do investidor sobre a situação econômica da empresa.

Ainda em relação a possíveis gerenciamentos de resultados, Du, Stevens e McEnroe (2011) enfatizam que as divergências na aplicação das normas de contingências podem ter péssimas consequências, em que as empresas têm enfrentado ações de fiscalização por não terem estabelecido reservas para perdas judiciais suficientes. As reservas para grandes quantidades de perda, como uma forma de gerenciamento de resultados, faz com que empresas possam criar reservas durante os anos rentáveis e liberá-las em anos não lucrativos para atender as previsões dos analistas.

O processo de tomada de decisão requer que os responsáveis pelo preparo das demonstrações financeiras interpretem e julguem um valor considerável na evidenciação das perdas por contingências (AHARONY e DOTAN, 2004).

O uso de estimativas é uma importante ferramenta para a tomada de decisões, pois na maioria das vezes, existem incertezas

quanto ao seu resultado. A todo o momento é necessário decidir ante as mais diversas situações e sobre problemas mais diferentes possível, utilizando-se, para isso, de suas experiências passadas, seus valores e crenças, seus conhecimentos técnicos, suas habilidades e filosofias, as quais norteiam a forma pela qual se tomam decisões (SOLINO e EL-AOUAR, 2001).

Segundo Fox e Irwin (1998, p. 58) “decisões sob incerteza exigem uma avaliação não só da conveniência dos resultados potenciais, mas também da sua probabilidade de ocorrência”.

Tomar decisões baseando-se em dados, informações, conhecimento ou experiência pode não ser tarefa simples, ademais, a interpretação de incertezas pode ser diferente para cada indivíduo. O decisor deve ter a consciência de que o maior desafio não é o de obter os dados, as informações e os conhecimentos, mas sim a aceitação de que, no processo de codificação/decodificação, as distorções ocorrem e que existem formas para amenizá-las (ANGELONI, 2003).

No que diz respeito às diferenças individuais de interpretação, o uso de termos verbais ou numéricos para a interpretação de probabilidades vem sendo estudado há algumas décadas pela Psicologia. Em geral, estes estudos buscam verificar qual método, verbal ou numérico, de interpretação de probabilidades é mais vantajoso ou melhor aceito pelos seus usuários (Wallsten et al., 1986; Budescu, Weinberg e Wallsten, 1988; Gonzalez-Vallejo e Wallsten, 1992; Wallsten *et al.*, 1993; Erev, Gonzalez-Vallejo e Wallsten, 1994; Windschitl e Wells, 1996; Olson e Budescu, 1997; McGlone e Reed, 1998; Karelitz e Budescu, 2004; Honda e Yamagishi, 2006; Juanchich, Teigen e Villejoubert, 2010).

Há pesquisas que defendem a ideia de que através do método numérico é possível obter maior clareza e chegar a interpretações mais próximas entre diferentes indivíduos. Por outro lado, existem pesquisas que verificam maiores vantagens com o uso de termos verbais de probabilidades. Outras pesquisas, no entanto, condicionam as vantagens e desvantagens à determinados fatores, não concluindo diretamente por um ou outro método.

Estudos envolvendo julgamento de probabilidades também têm sido desenvolvidos na Ciência Contábil. O aumento do julgamento e da subjetividade, através dos diversos pronunciamentos emitidos pelos órgãos reguladores, requer que os contadores e gestores apliquem seus conhecimentos e estimativas em prol de uma contabilidade mais realista e menos sujeita a regras impostas.

A mensuração das contingências é um exemplo de situação que envolve a interpretação de probabilidades. No Brasil, as contingências são normatizadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 25 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, assim como, pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio da NBC T 19.7. De acordo com as Normas Internacionais, as contingências são tratadas pelo IASB, no IAS nº. 37 e de acordo com as Normas Norte Americanas pelo FASB, nos SFAS nº. 5.

Todas essas normas têm se baseado em termos verbais para definir as probabilidades de ocorrência de uma contingência. O CPC 25 baseia-se nos termos “remota”, “possível” e “provável” a probabilidade de uma contingência vir a ocorrer. Com base nestes três termos é que as contingências serão provisionadas ou evidenciadas ou nenhuma ação será tomada. A interpretação das probabilidades verbais nas perdas por contingências é considerada uma das mais difíceis tarefas do contador (AMER HACKENBRACK e NELSON, 1995).

A partir da dificuldade na interpretação e definição das probabilidades verbais, Du e Stevens (2011) realizaram um estudo com o objetivo de investigar como os contadores interpretam as expressões de incerteza verbais do SFAS 5, com foco na tradução numérica para verbal, ou seja, indo no sentido contrário de interpretação proposta pelo FASB.

Outros estudos têm pesquisado diferenças de interpretação levando em consideração a cultura de contadores em diferentes países (Tsakumis, 2007), ou ainda diferenças em virtude dos objetivos de quem está verificando, como por exemplo, gestores, analistas, auditores e contadores (Nelson e Kinney, 1997; Aharony e Dotan, 2004). Verificou-se, ainda, a influência do recebimento de incentivos na interpretação das contingências (Hoffman e Patton, 2002).

Nesse contexto, torna-se importante investigar a interpretação dos termos de probabilidade previstos no CPC 25, de modo a verificar se a interpretação a partir de termos verbais apresenta vantagens ou desvantagens em relação a uma possível interpretação baseada também em probabilidades numéricas. Assim, formulou-se o seguinte problema de pesquisa:

**“Como ocorre a interpretação dos termos de probabilidade relacionados às contingências (provável, possível, remota), quando parte-se das probabilidades verbais para probabilidades numéricas e vice-versa?”**



## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

- Verificar como ocorre a interpretação dos termos de probabilidade relacionados às contingências (CPC 25) e se existem diferenças ou preferências entre as interpretações feitas a partir destes termos para probabilidades numéricas e, vice-versa, a partir de probabilidades numéricas para os termos provável, possível e remota.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar se existe diferença na média dos valores atribuídos aos termos de probabilidade na análise numérica e na análise verbal;
- Verificar se a variabilidade dos valores obtidos na análise numérica é maior ou menor do que a variabilidade na análise dos termos verbais;
- Verificar se os participantes acreditam que se a norma CPC 25 acrescentasse probabilidades numéricas aos termos verbais de probabilidade facilitaria a interpretação em situações de contingência.

## 1.3 HIPÓTESES

H1: A média dos valores numéricos atribuídos aos termos (provável, possível e remota) do CPC 25 na escala numérica será diferente do que na condição de definição verbal.

H2: A variação dos valores numéricos será menor na condição de escala numérica do que na condição de definição verbal, permitindo a identificação de três categorias para perda por contingências, mais claramente.

H3: Os participantes acreditam que se a norma CPC 25 acrescentasse probabilidades numéricas (em porcentagem) aos termos de

probabilidade (provável, possível e remota) facilitaria a interpretação em situações de contingência.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

As contingências representam um tema de importância, principalmente quando vistas sob a ótica de que os relatórios financeiros devem espelhar a situação real em que se encontra o patrimônio da entidade.

Podem existir diversas razões que influenciam no momento de decidir por reconhecer ou não uma perda ou ganho, tendo em vista a subjetividade nesta decisão e as consequências que podem trazer para a entidade e para o tomador da decisão.

Uma má classificação das contingências pode levar empresas a elaborarem demonstrações contábeis que não refletem a realidade, interferindo diretamente no seu patrimônio. Essas ações podem gerar insegurança para os investidores e afetar a transparência e credibilidade da entidade.

Segundo Farias (2006) na atribuição de valores exatos a obrigações contingentes, que só se esclarecerão no futuro, reside uma das problemáticas enfrentada pela contabilidade ao mensurar este elemento patrimonial.

Ao pesquisar a evidenciação das contingências nas maiores empresas de capital aberto do Brasil, Poeta, Von Knoblauch e Borba (2011), verificaram dificuldade na evidenciação das contingências, por serem situações dúbias no cotidiano das empresas, e, pelo fato de estarem em um período de adaptação às Normas Internacionais da Contabilidade.

Para Martínez e Faria (2007), a subjetividade presente na alocação das contingências, pode resultar em gerenciamento de resultados, onde o fato de criar uma reserva de contingências ao invés de constituir uma provisão para contingências, pode ser uma técnica para ajustar e alterar os resultados obtidos pela empresa.

Para Mizik e Jacobson (2007), o gerenciamento de resultados ocorre com mais frequência através das contingências e das alocações de reservas e o tempo de reconhecimento das receitas.

Elliott, Nelson e Tarpley (2002) destacam que uma forma de utilizar as contingências para o gerenciamento de resultados é evitar reconhecer uma perda contingente, atribuindo um limite (de probabilidade) relativamente alto para o termo "provável" ou interpretar uma evidência de perda como uma probabilidade relativamente baixa de

perda (remota). Essas atitudes podem levar a resultados que não expressam a realidade econômica da empresa, e, conseqüentemente, alterar a percepção dos investidores e usuários das demonstrações contábeis.

Para Martinez e Faria (2007, p. 59) “as empresas, então, gerenciam com o intuito de aumentar, diminuir ou manter os seus resultados conforme as suas conveniências”.

Uma das maiores questões relacionadas às contingências é a forma como cada indivíduo interpreta tais situações. Estudos verificaram que a interpretação pode ser afetada por questões culturais (Doupnik e Martin Richter, 2004; Tsakumis, 2007), por diferentes níveis de conservadorismo (Aharony e Dotan, 2004), por obtenção de informações externas (Kinney e Nelson, 1996) e principalmente por diferentes entendimentos quanto aos termos de probabilidade verbais (Amer, Hackenbrack e Nelson, 1994; Simon, 2002; Capriotti e Waldrup, 2005; Du e Stevens, 2011; Du, Stevens e McEnroe, 2011; Harrison e Tomassini, 1989).

Em um estudo realizado por Chow e Harrison (2002), foram identificados fatores que fazem uma pesquisa ser considerada relevante, entre os quais, está a necessidade de abordar um tema real/social e que possa impactar significativamente a prática ou a forma de pensar sobre o assunto em estudo.

Neste sentido, pode-se dizer que a interpretação das contingências faz parte de um problema real e social, que afeta empresas e profissionais de contabilidade e auditoria, e conseqüentemente seus usuários. Além disso, o trabalho também tem como intuito trazer a tona um tema pouco estudado no Brasil, e principalmente, gerar reflexão a respeito da complexidade e subjetividade envolvida na interpretação das contingências.

Sendo assim, torna-se importante que pesquisadores, profissionais e investidores tenham conhecimento da forma como se dá a interpretação e aplicação em situações que envolvem contingências, para que no momento de investir ou estudar determinada empresa, possam levar em consideração e estar cientes dos fatores que envolvem a sua divulgação e reconhecimento.

## 1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Após este primeiro capítulo, de caráter introdutório, o restante deste trabalho está estruturado conforme segue. O Capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica que serviu de base para a pesquisa.

O capítulo 3 descreve os aspectos metodológicos utilizados para o alcance dos objetivos, define a amostra, o instrumento para coleta de dados, a formulação das hipóteses, bem como as limitações desta pesquisa.

No capítulo 4 são apresentados e analisados os dados e resultados alcançados com a pesquisa empírica.

O capítulo 5 apresenta as conclusões e sugestões para trabalhos futuros. Por fim, apresentam-se as referências, apêndices e anexos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se o referencial teórico que dá suporte ao presente estudo, com ênfase aos tópicos relacionados à julgamento e escolha, termos verbais e numéricos de probabilidade e contingências passivas e ativas.

### 2.1 JULGAMENTO E ESCOLHA

Julgamento e escolha podem ser consideradas atividades intrínsecas ao cotidiano das pessoas, pois estamos o tempo todo tomando decisões e fazendo escolhas, das mais simples às mais complexas. Para Hogarth (1987), julgamento e escolha são atividades universais. Primeiro, as pessoas fazem juízos de valor expressando suas preferências. Segundo, as pessoas fazem previsões que refletem o que elas esperam que aconteça.

Há quase três décadas, a percepção de Hogarth ainda pode ser amplamente válida para os dias atuais:

... a crescente interdependência e complexidade da vida moderna significa que o julgamento agora deve ser exercido sobre as questões com conseqüências mais importantes do que jamais foi o caso no passado. Além disso, a freqüência com que as pessoas são chamadas a tomar importantes decisões em circunstâncias desconhecidas está crescendo (HOGARTH, 1987, p.1).

Para Johnson (1987), os julgamentos se dão em função de: (a) inferências baseadas em informações conhecidas, e (b) um viés de informações incompletas, que é consistente em todos os níveis de informações. Ou seja, os indivíduos usam informações disponíveis para fazer suas próprias interpretações e inferências e, em seguida, suas avaliações são afetadas justamente pela falta de informações completas, independente da qualidade da informação disponível.

Langhe, van Osselaer e Wierenga (2011) destacam dois processos cognitivos de julgamento, sendo um deles baseado em sugestão ou palpites (conhecimento abstrato) e outro baseado em representações concretas.

Os autores ilustram os dois processos de julgamento, conforme a seguir: considere o caso de dois experts A e B que tentam prever o sucesso comercial de um novo tipo de telefone móvel. O especialista A

argumenta que, devido ao telefone ter uma bateria de longa duração (ou seja, uma característica positiva), porém, pelo software não ser *user-friendly* (isto é, uma característica negativa), é provável que seja um sucesso moderado. O especialista B concorda com essa previsão, pois o novo telefone é semelhante a um telefone específico lançado há alguns meses atrás, e o mesmo provou ser moderadamente popular entre os consumidores. Ou seja, embora o especialista B tenha chegado à mesma previsão, as suas decisões foram baseadas em informações de natureza fundamentalmente diferente.

Assim, a tomada de decisão humana não pode ser entendida simplesmente estudando as decisões finais. O processo perceptivo, emocional e cognitivo que acabará levando à escolha de uma alternativa de decisão também deve ser levada em consideração para obter uma compreensão adequada da tomada de decisão humana (SVENSON, 1979).

Neste sentido, Payne *et al.* (1992) ressaltam que a estratégia utilizada na construção de uma escolha ou uma preferência particular é altamente dependente de uma variedade de fatores contextuais. A forma como a solução para um problema decisório é construída também se dá em função de diferentes fatores individuais, tais como, capacidade de processamento, prévio conhecimento ou experiência.

Além disso, para Fuji e Slomski (2003), “um consenso profissional de *experts* qualificados sobre um procedimento ou mensuração não é resultado de um processo totalmente objetivo, sendo decorrente de um processo psicossocial de percepção e julgamento, nem sempre suportado por evidências objetivas”.

Outro fator inerente ao julgamento é a interferência de terceiros. Para Gino, Shang e Croson (2009), ao fazer um julgamento, muitas vezes olhamos para os outros em busca de conselhos. Isto é verdade especialmente quando o julgamento diz respeito a uma resposta que não é claramente correta. Uma vez que o conselho é obtido, pesamos a opinião dos outros com a nossa própria, a fim de chegar a um julgamento final.

Devido a grande subjetividade presente no processo de julgamento e escolha, a confiança é outro fator de destaque, sendo que um processo de julgamento pode se tornar uma ameaça para a tomada de decisão, caso não haja confiança. Devido a isso, tem-se argumentado que a confiança em julgamentos e escolhas pode ser tão importante para os resultados finais da decisão quanto a qualidade da própria decisão (SNIEZEK, 1992)

Destaca-se, ainda, que as decisões importantes frequentemente têm de ser feitas sob pressão de tempo e com informações incompletas sobre as alternativas (SVENSON, EDLAND, SLOVIC, 1990), o que torna o processo de julgamento mais complexo e subjetivo.

O uso de julgamento humano em circunstâncias desconhecidas tem grande utilidade em muitos contextos organizacionais (SNIEZEK e HENRY, 1989), como é o caso da contabilidade. Julgamento e escolha são determinantes para o atual exercício da profissão contábil, onde o crescimento na tomada de importantes decisões, por conta da internacionalização das normas contábeis, trouxe mais subjetividade ao trabalho dos contadores.

Há meio século, Harry Zug (1951, apud Correll, Jamal e Robinson, 2007, p. 127) já percebia com clareza a importância do julgamento ao inferir que “um contador é pago por seu julgamento, não por sua habilidade técnica”. Desde a década de 50 muito mudou na contabilidade, mas esta visão permanece atual.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no Pronunciamento Conceitual Básico, ressalta que os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009), destacam que uma das mudanças mais relevantes que estamos sofrendo no Brasil, talvez seja a relativa às normas contábeis orientadas por princípios, e não por enorme conjunto de regras detalhadas, o que acarreta cada vez mais julgamento por parte do profissional de Contabilidade.

Nesta ótica, as normas contábeis são consideradas genuinamente incompletas, pois podem fornecer apenas condições necessárias, mas não suficientes para a tomada de decisão profissional (pragmática), e porque até mesmo as condições necessárias estão repletas de imprecisão (semântica). As questões complexas suscitadas pela imprecisão dos conceitos de contabilidade não podem ser resolvidas *a priori*, é preciso usar o julgamento, guiado pelos seus interesses sendo atendidos pela prática social da contabilidade (BROWN, COLLINS e THORNTON, 1993).

Assim, a essência da nova característica qualitativa é que ela exige julgamento sobre a substância econômica e de fenômenos econômicos do mundo real, e não apenas a precisão que a informação representa, mas aquilo que ela pretende representar (WHITTINGTON, 2007).

Nesta mesma linha, Baptista (2009) ressalta que o julgamento é inerente aos princípios contábeis da materialidade e do

conservadorismo. Ele está presente na realização de estimativas contábeis e o seu uso não caracteriza a prática do gerenciamento.

Para Correll, Jamal e Robinson (2007), a tendência que estamos vendo internacionalmente é o desejo de uma abordagem mais baseada em princípios, o que cria uma ênfase no uso de julgamento profissional. O julgamento define uma profissão. A tomada de decisão bem fundamentada exige o compromisso de reunir todos os fatos, a disciplina para analisar os fatos em relação a uma tomada de decisão, bem como a consideração de circunstâncias alternativas.

Trotman, Tan e Ang (2011) destacam dois principais grupos a realizarem julgamentos em contabilidade. Primeiro, auditores, uma vez que todo o processo de auditoria é permeado por julgamentos profissionais, como evidenciado nas normas internacionais de auditoria. E, em segundo lugar, os preparadores de demonstrativos financeiros e relatórios de contabilidade gerencial, que fazem julgamentos sobre o que incluir nos relatórios, o tratamento contábil a utilizar, as estimativas cambiais e a probabilidade de eventos futuros (por exemplo, se é “mais provável que não” que uma empresa irá receber renda tributável no futuro, para incluir ativos por impostos diferidos no balanço).

Com a utilização mais constante da sua capacidade de julgamento, poderão surgir grandes dificuldades aos profissionais ligados à área da contabilidade, afinal a subjetividade é algo inerente às pessoas, portanto sem condições para fixação de regras (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2009).

## 2.2 O USO DE TERMOS VERBAIS E NUMÉRICOS NA INTERPRETAÇÃO DE PROBABILIDADES

Vive-se em um mundo probabilístico, em que nossas expectativas sobre o amanhã e crenças sobre ontem são realizadas com vários graus de certeza (JUANCHICH, TEIGEN e VILLEJOURBERT, 2010). A interpretação de probabilidades também é algo cada vez mais presente na profissão contábil, tendo crescido substancialmente com a convergência das normas contábeis.

Porém, os estudos relacionados à análise de probabilidades ainda são incipientes na contabilidade. É na área de psicologia que se podem encontrar diversos estudos que abordam questões relacionadas ao modo como os termos de probabilidade afetam sua interpretação.

Existem pelo menos dois meios de comunicação interpessoal de incerteza: a numérica (25% ou  $\frac{1}{4}$ , por exemplo) e a verbal ou lingüística

(quase certo, por exemplo). Diversos estudos investigando as preferências das pessoas por um modo de comunicação sobre o outro têm sido desenvolvidos (OLSON e BUDESCU, 1997; KARELITZ e BUDESCU, 2004; HONDA e YAMAGISHI, 2006).

Juanchich, Teigen e Villejoubert (2010) ressaltam que em contextos formais, os graus de segurança costumam ser expressos como probabilidades numéricas, sobre uma escala de 0 a 1 ou 0% a 100%. Porém, na vida cotidiana, as pessoas espontaneamente utilizam uma grande variedade de frases verbais para descrever possibilidades e incertezas, como "é possível" ou "é duvidoso". Estas expressões imprecisas transmitem graus de probabilidade.

Para Harris, Corner e Hahn (2009), o conceito de probabilidade é inerentemente numérico, ainda que muitas vezes a comunicação se dê por meio de probabilidades verbais como "improvável", "possível" e "provável".

Por outro lado, as pessoas supõem que todo mundo interpreta os termos de forma consistente e de forma semelhante, e deixam de apreciar a variação nas interpretações destas palavras (BUDESCU, BROOMELL e POR, 2009).

Na maioria dos contextos comunicativos, os comunicadores supõem que a clareza de expressão é uma prioridade e que o entendimento mútuo é o maior interesse entre o orador e seu destinatário (McGLONE e REED, 1998, p. 723). Neste sentido, no estudo da interpretação de termos – verbais ou numéricos, existe certa inquietação a respeito das incertezas que tais termos possam causar aos seus usuários.

O modo como as pessoas normalmente representam probabilidades deve ser levado em consideração. Números têm uma vantagem de persuasão sobre as palavras, no sentido de que são precisos, permitem cálculos e têm uma ordem fixa de classificação. As palavras são, em comparação, mais vagas, elas não permitem cálculos e são mais variavelmente interpretáveis, podendo levar a confusões. No entanto, expressões verbais de probabilidade são percebidas como mais naturais do que as probabilidades numéricas (RENOOIJ e WITTEMAN, 1999).

Nesta ótica, Olson e Budescu (1997) acreditam que enquanto alguns preferem as probabilidades numéricas por sua precisão e inequívoco aparentes, outros argumentam que a comunicação verbal é preferível, pois é mais natural e fácil de usar.

Segundo Wallsten *et al.* (1993), apesar de todas as vantagens possíveis de comunicação numérica, as pessoas freqüentemente usam

termos verbais vagos na emissão de previsões ou para descrever opiniões sobre eventos incertos.

Na comparação entre probabilidades verbais e numéricas, Budescu, Weinberg e Wallsten (1988), acreditam que os números são percebidos de forma a transmitir um nível de precisão e autoridade em que as pessoas não associam suas opiniões. Por outro lado, as palavras são percebidas como mais flexíveis e menos precisas em significado e, portanto, parecem mais adequadas para descrever opiniões vagas, imprecisas e crenças.

Uma vantagem dos intervalos numéricos é que eles sinalizam tanto a localização quanto o grau de imprecisão. Enquanto que as expressões verbais não têm esse benefício, mas compensam por transmitir nuances de significado maior. Sua estrutura semântica rica permite transmitir não apenas a localização aproximada e grau de imprecisão, mas também pesos relativos em relação aos níveis de incerteza dentro de uma faixa implícita (WALLSTEN e BUDESCU, 1995).

Por outro lado, numerosos estudos têm mostrado que os termos de probabilidade têm significados vagos para os indivíduos e que as diferenças pessoais na interpretação de frases de probabilidade são grandes e consistentes (EREV, GONZALEZ-VALLEJO e WALLSTEN, 1994).

Ainda que as frases de probabilidade sejam consideradas um método natural de escolha, elas sofrem uma deficiência comum: as pessoas tendem a interpretá-las de diferentes maneiras. Os diferentes significados em que as pessoas associam as probabilidades verbais podem resultar em falhas de entendimentos e em erros de comunicação (KARELITZ e BUDESCU, 2004).

Honda e Yamagishi (2006) destacam que estudos anteriores têm mostrado consistentemente que existe uma grande variabilidade na tradução de termos verbais. Algumas pessoas podem traduzir “provavelmente” como 30%, enquanto outras podem traduzi-lo como 10%. Por outro lado, houve alta consistência das médias dos números atribuídos para os mesmos termos entre alguns estudos. A partir disto, é quase que evidente dizer que cada probabilidade verbal representa significados numéricos, apesar da imprecisão.

Sob outro aspecto, Windschitl e Wells (1996) acreditam que podem haver muitas situações em que as medidas não-numéricas poderiam ser mais informativas do que medidas numéricas em relação à forma como as pessoas pensam sobre situações de incerteza, e, que

medidas numéricas de incerteza tendem a influenciar as pessoas para um pensamento mais deliberativo e baseado em regras.

Para Wallsten *et al.* (1986), a maioria das pessoas, incluindo especialistas, geralmente prefere comunicar as suas opiniões de incertas com termos não numéricas como “duvidoso”, “ligeiramente provável”, “muito provável”, e assim por diante, em vez utilizar probabilidades numéricas. Para os autorres, os termos não numéricos são preferidos por pelo menos duas razões: primeiro, as opiniões são geralmente imprecisas e, portanto, seria enganoso para representá-los com precisão; e segundo, é que a maioria das pessoas acreditam compreender melhor as palavras do que os números.

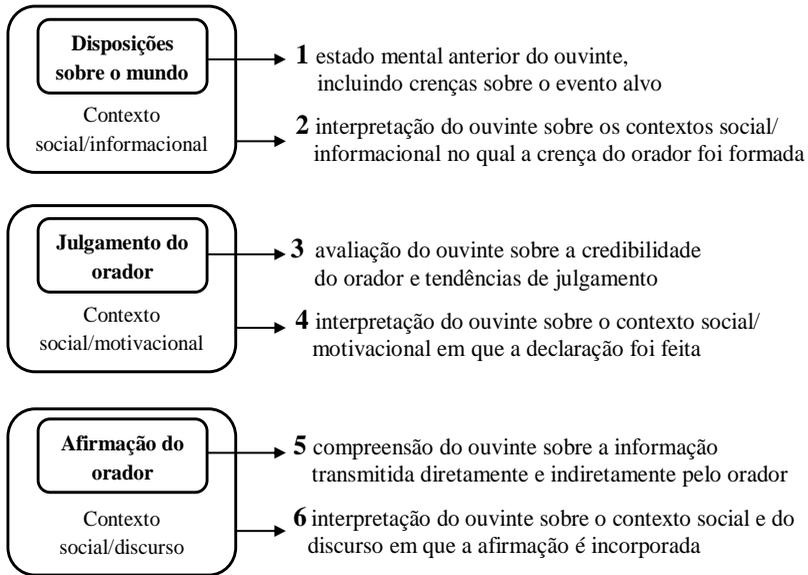
Em um contexto contábil de interpretações de probabilidades verbais e numéricas, Piercey (2009), verificou que as probabilidades verbais criaram uma ilusão de comunicação, expondo mais viés e, simultaneamente, causando uma maior sensação de justificabilidade, o que não ocorreu com as probabilidades numéricas.

As frases verbais que denotam incerteza são de dois tipos: positivas, sugerindo a ocorrência de um resultado alvo, e negativas, chamando a atenção para a sua não ocorrência (TEIGEN e BRUN, 1995). O propósito comunicacional de frases positivas e negativas de probabilidade é a de direcionar a atenção do ouvinte para a potencial ocorrência ou não ocorrência de um resultado alvo. Isto pode ter consequências reais para a tomada de decisão e previsão, direcionando a interpretação (TEIGEN e BRUN, 1999).

Teigen (2001) destaca que existem situações em que as probabilidades numéricas e expressões verbais não correspondem, apoiando a visão de que as probabilidades verbais refletem mais um modo intuitivo do pensamento, enquanto que estimativas numéricas mais frequentemente são baseadas em regras. O autor verificou, com base em experimentos, que existem problemas na interpretação de frases verbais de probabilidade, preferindo o uso de probabilidades numéricas.

Sob uma visão mais complexa, Fox e Irwin (1998) ressaltam que a maioria das pesquisas tem se concentrado na interpretação e uso de expressões quantitativas versus qualitativas, com pouca atenção ao contexto. Os autores sugerem um quadro mais amplo para investigar a comunicação da incerteza que incorpora o contexto natural, considerando as restrições do orador e os seus motivos, bem como as metas do ouvinte e as fontes de informação. Os autores citam seis fontes de informação que influenciam a comunicação de incertezas/probabilidades, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Fontes de informação que influenciam a comunicação



Fonte: adaptado de Fox e Irwin (1998)

De maneira geral, pode-se concluir que as expressões verbais têm significados mais imprecisos, em comparação com as probabilidades numéricas. O contexto em que se insere certa incerteza e as diferenças individuais, ainda, podem interferir nas interpretações das expressões de probabilidade verbais. No entanto, existem autores que defendem cada tipo de probabilidade, pois verificam, em suas pesquisas, diferentes resultados.

### 2.3 AS EXPRESSÕES DE PROBABILIDADE DOS PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Médicos, cientistas políticos, meteorologistas e outros profissionais compartilham a exigência profissional de lidar com a incerteza. Eles muitas vezes expressam as probabilidades em palavras ao invés de números. Ex.: *é quase certo* que o candidato democrata seja eleito prefeito; a chuva *é provável* esta noite (REAGAN, MOSTELLER e YOUTZ, 1989).

As normas vigentes, tanto nacionais quanto internacionais, relacionadas com os Passivos e Ativos Contingentes, como o CPC 25, o IAS 37 e o SFAS 5, se valem de expressões de probabilidades para definir os procedimentos a serem tomados em cada situação de contingência.

Torna-se importante, tanto para os usuários quanto para os elaboradores das demonstrações contábeis, que os conceitos relacionados a estas expressões estejam claros, para que não existam vieses de interpretações.

Na revisão de literatura, verificou-se que tanto em trabalhos da área de contabilidade quanto os da psicologia, focados no estudo de termos de probabilidade verbais e numéricos, há pouca ou nenhuma ênfase na busca pelo significado inerente a cada expressão de probabilidade verbal.

Na maior parte dos trabalhos empíricos sobre o significado dos termos de probabilidade, os indivíduos são convidados a dar equivalentes numéricos para as diferentes expressões de probabilidade. O resultado é indiscutível da grande variabilidade interna dos valores numéricos atribuídos aos termos de probabilidade e grande sobreposição entre os termos (WALLSTEN et al., 1986).

Os termos verbais de probabilidade possuem ricas estruturas semânticas, e é provável que sejam usados para comunicar mais informações do que simplesmente uma localização aproximada numa escala de probabilidade [0, 1]. No entanto, a maioria dos estudos comportamentais dos termos de probabilidade concentraram-se em suas referências numéricas (WALLSTEN e BUDESCU, 1995).

A norma internacional IAS 37, assim como o CPC 25, que deriva daquela, fundamentam-se, basicamente, em algumas expressões de probabilidade, quais sejam: “provável”, “possível”, “remota” e “praticamente certa”. De forma semelhante, a norma norte-americana, SFAS 5, baseia-se nas expressões de probabilidade “provável”, “razoavelmente possível” e “remota”.

Verificou-se que os pronunciamentos CPC 25 e IAS 37 apresentam apenas o conceito de “provável”, que assim definem: quando o evento for mais provável que sim do que não de ocorrer, isto é, se a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer.

Porém, fazendo um breve histórico das normas brasileiras sobre passivos e ativos contingentes, verifica-se que este tema já estava previsto em outras normas contábeis. A Deliberação CVM nº. 489 de 03 de outubro de 2005, a qual aprovou a NPC 22, trata das Provisões,

Ativos e Passivos Contingentes, revogada pela Deliberação CVM nº. 594, de 15 de setembro de 2009 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25.

Pode-se verificar que na Deliberação CVM nº. 489 existiam os conceitos, para fins de reconhecimento, das seguintes expressões de probabilidade: “praticamente certo”, “provável”, “possível” e “remota”.

De forma breve, a norma SFAS 5, também apresenta os seus conceitos relacionados às expressões de probabilidades, “provável”, “razoavelmente possível” e “remota”.

O Quadro 1 reúne todas as definições das expressões de probabilidades encontradas nas normas acima referenciadas.

Quadro 1 – Definições das expressões de probabilidades

| Expressão de Probabilidade    | Definições  |   |   |
|-------------------------------|---|---|---|
|                               | CPC 25 e IAS 37   | SFAS 5  | NPC 22  |
| <b>Remota</b>                 | Não apresenta   | A chance do evento ou eventos futuros ocorrer é pequena                               | A chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena  |
| <b>Possível</b>               | Não apresenta   | Não se aplica   | A chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.                          |
| <b>Razoavelmente Possível</b> | Não se aplica   | A chance do evento futuro que ocorrer é mais do que remoto mas menos do que provável. | Não se aplica   |
| <b>Provável</b>               | Quando a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer. | O evento ou eventos futuros são prováveis de ocorrer.                                 | A chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.                                     |
| <b>Praticamente Certa</b>     | Não apresenta   | Não se aplica   | Mais utilizado para contingências ativas. Reflete situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido |

Fonte: dados da pesquisa

Diante do entendimento dos referidos termos de acordo com as normas contábeis, torna-se relevante buscar suas definições em dicionários, para uma melhor interpretação. Segundo o dicionário Michaelis (1999), as definições são as seguintes:

Provável: Que se pode provar; Que pode acontecer; plausível, verossímil.

Possível: Que pode ser, existir, acontecer, fazer-se ou praticar-se; Fácil de realizar-se; Que pode ser feito; praticável; Verossímil, provável; Aquilo que pode ser, existir, acontecer, ser feito ou praticado.

Remoto: Que aconteceu há muito tempo; Afastado no espaço ou no tempo; Que se percebe ao longe ou em distância; Indireto, mediato; Esquecido.

Praticamente: de modo prático, cômodo; Quase, aproximadamente.

Certo: Verdadeiro; Que não tem erro; Evidente; Infalível; Aprazado, combinado, determinado, fixado com antecedência; Que sabe bem; convencido, inteirado; Exato, preciso.

Sob a ótica de atribuição de valores numéricos aos termos de probabilidade, Cravo (1994, APUD Oliveira, 2007) refere que estes termos dizem respeito às seguintes percentagens de probabilidade:

Razoavelmente certo: a probabilidade ocorrência de um futuro evento está compreendida entre 95% e 100%;

Provável: a probabilidade de ocorrência de um futuro evento está compreendida entre 50% e 95%;

Possível: a probabilidade de ocorrência de um futuro evento está compreendida entre 5% e 50%;

Remota: a probabilidade de ocorrência de um futuro evento é inferior a 5%.

É pertinente considerar que existem muitos outros termos verbais que expressam probabilidades. Hamm (1991) destaca que existe um número indefinidamente grande de palavras e expressões que poderiam ser usados para expressar graus de julgamentos, e de fato coletivamente as pessoas usam muitos deles. Ao revisar diferentes estudos, Hamm (1991) elaborou uma lista com diversas expressões de probabilidade, algumas delas são apresentadas abaixo:

- ✓ absolutamente impossível
- ✓ raramente
- ✓ muito improvável
- ✓ bastante improvável
- ✓ pouco provável
- ✓ incerto

- ✓ pouco menos da metade
- ✓ mesma chance
- ✓ levemente mais da metade
- ✓ bastante provável
- ✓ boa chance
- ✓ muito provável
- ✓ altamente provável
- ✓ quase certo
- ✓ absolutamente certo

Em virtude do grande número de trabalhos que fazem correlação entre as expressões verbais de probabilidade e suas correspondentes probabilidades numéricas, apresenta-se abaixo o Quadro 2, adaptado de Reagan, Mosteller e Youtz (1989), com os resultados de diversos autores no que tange a atribuição de probabilidades numéricas aos termos.

Quadro 2 – Expressões de probabilidades e seus equivalentes numéricos de outros estudos

| <b>Expressão</b> | <b>LN</b> | <b>H</b> | <b>BW</b> | <b>BN</b> | <b>RMY</b> | <b>WBRZF</b> |
|------------------|-----------|----------|-----------|-----------|------------|--------------|
| Quase impossível |           |          |           |           | 2          | 0 a 8        |
| Muito improvável | 10        |          |           |           | 10         |              |
| Improvável       | 10        | 17       |           |           | 15         | 1 a 23       |
| Incerto          | 16        | 19       | 20        | 20        | 15         | 2 a 30       |
| Possível         | 49        | 36       | 38        | 43        | 40         | 1 a 55       |
| Provável         | 75        | 72       | 72        | 77        | 70         | 51 a 96      |
| Muito possível   | 89        |          |           |           | 80         |              |
| Muito provável   | 90        |          |           |           | 85         |              |
| Quase certo      |           |          |           |           | 90         | 88 a 99      |

Fonte: adaptado de Reagan e Youtz (1989)

Legenda: LN - Lichtenstein e Newman (1967); H - Hartsough (1977); BW = Budescu e Wallsten (1985); BN = Bryant e Norman (1980); RMY = Reagan e Youtz (1989); WBRZF - Wallsten, Budescu, Rapoport, Zwick, and Forsyth (1986).

Os resultados da tabela mostram considerável nível de concordância entre os diferentes estudos. Porém, conforme já exposto por Wallsten et al. (1986), é possível notar grande sobreposição entre os valores e os diversos termos, o que mostra a dificuldade na interpretação dos conceitos relacionados às expressões de probabilidades.

Assim, a partir das definições apresentadas, podem-se aliar os conceitos trazidos pelas normas com os conceitos de dicionários, para que haja um entendimento mais amplo do que estes termos de probabilidade significam em termos gerais e contábeis, e para que possam ser aplicados da melhor forma na interpretação de situações contingentes.

## 2.4 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E ATIVAS

Etimologicamente, contingência deriva do latim, da palavra *contingentia*, e traduz um fato possível, mas incerto, ou seja, a possibilidade de que algo aconteça ou não. É uma ligação direta à ideia de possibilidade de ocorrência de um acontecimento (LEITE, 2001).

As entidades, no desenvolvimento de suas atividades, freqüentemente estão envolvidas em situações onde existem incertezas a respeito de ocorrerem possíveis perdas ou ganhos que resultarão em saída ou entrada de caixa, estas incertezas podem estar relacionadas tanto a valores quanto a datas.

De modo geral, pode-se dizer que contingência relaciona-se com a incerteza de que algo venha a ocorrer, trazendo-se este conceito para a contabilidade, é possível verificar situações que já ocorreram no passado, mas que ainda geram dúvidas quanto à suas decisões, que podem ser tanto favoráveis, quanto desfavoráveis.

As contingências podem ser ativas ou passivas, aquelas podendo resultar em ganhos e estas resultar em perdas para a entidade. Conforme Oliveira *et. al* (2008, p. 78),

“há contingências ativas e contingências passivas, aquelas significando as possibilidades de se ganhar ativos, de se receber direitos, dinheiro, bens ou outros itens originadores de ganhos ou receitas. E estas (passivas) significando as possibilidades de se criar obrigações ou perdas. As contingências ativas poderão então vir a aumentar o patrimônio líquido e as passivas o diminuem”.

O passivo contingente é um dos elementos patrimoniais de maior dificuldade para a Contabilidade, principalmente no que se refere à atribuição de valor. Por isso, tem merecido tratamento específico pelos principais órgãos normativos em nível nacional e internacional. As dificuldades estão relacionadas às dúvidas existentes sobre o fato

gerador, que deu origem às obrigações contingentes, as quais serão esclarecidas somente no futuro, quando, então, serão determinados os efeitos exatos que terão sobre o patrimônio de uma entidade (FARIAS, 2006).

Em uma situação de contingência – diferentemente de outros passivos e ativos, existe a incerteza sobre se a obrigação realmente existe. A circunstância que deu origem à contingência já ocorreu, mas há incerteza sobre se existe um passivo (ou ativo) que só será resolvido quando ocorrer algum evento futuro (SPICELAND, SEPE e NELSON, 2011).

O quadro 3 demonstra alguns dos conceitos relacionados à contingência que servem de base para o estudo.

Quadro 3 – Conceitos Relacionados às Contingências

| Fonte do Conceito                        | Conceito de Contingência   |
|--|--|
| <b>CPC 25</b>                            | Obrigação ou ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (passivo/ativo contingente).  |
| <b>Farias (2006)</b>                     | A “situação existente” ou “circunstância, envolvendo incertezas”, refere-se a um fato já ocorrido que gerou um passivo, para o qual há incertezas, que serão resolvidas por um evento futuro. Assim, as circunstâncias envolvendo incertezas é que caracterizam uma contingência.  |
| <b>Hendriksen e Van Breda (1999)</b>     | Provável sacrifício de benefícios econômicos, decorrente de obrigações presentes de uma empresa no sentido de no futuro transferir ativos ou prestar serviços a outras empresas, como resultado de transações ou eventos passados, e cuja liquidação depende de um ou mais eventos futuros com alguma probabilidade de ocorrência. |
| <b>Kieso, Weygandt e Warfield (2007)</b> | Existência de uma situação, condição ou conjunto de circunstâncias que envolvem uma incerteza de possibilidade de ganho ou perda, que será definido quando um ou mais eventos futuros vierem ou não a ocorrer.   |

|                               |  |
|-------------------------------|--|
| <b>Leite</b> (2001)           | As contingências respeitam as circunstâncias, fatos ou situações, existentes à data das demonstrações financeiras, que envolvem incerteza, cuja consequência final implicará perdas ou ganhos.   |
| <b>Porter e Norton</b> (2010) | Uma condição existente em que o resultado não é conhecido, mas depende de alguns eventos futuros.  |
| <b>Rich et al.</b> (2012)     | Uma contingência é uma condição existente, situação, ou conjunto de circunstâncias envolvendo incerteza, como possíveis ganhos ou perdas.  |
| <b>SFAS n. 5</b>              | Uma condição existente, uma situação ou conjunto de circunstâncias envolvendo incertezas como um possível ganho ou perda, que virão a se resolver quando ocorrerem ou não um ou mais eventos futuros.  |
| <b>Stickney e Weil</b> (2001) | As contingências constituem obrigações potenciais futuras, e não obrigações correntes. As obrigações potenciais decorrem de eventos que ocorreram no passado, mas cujo desfecho permanece incerto.   |
| <b>Zanluca</b> (2003)         | A contingência depende de condições ou situações de solução indefinida à data de encerramento do exercício social ou período a que se referem às demonstrações contábeis de uma entidade e, como tal, depende de eventos futuros que poderão ou não ocorrer. |

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com os conceitos apresentados no Quadro 3, é possível notar que os diversos conceitos, apesar de não serem exatamente iguais, são semelhantes e levam à mesma interpretação.

As contingências podem possuir diferentes naturezas, porém no meio empresarial as ações judiciais ganham destaque, conforme é mencionado por Giometti (2004, p.01)

De maneira geral, tanto as perdas quanto os ganhos contingentes advêm de disputas judiciais, descumprimento de cláusulas contratuais, exigências de garantias, divergências de interpretação sobre a incidência e a forma de

cálculo de impostos e sinistros em riscos não cobertos por seguros.

Uma contingência tributária pode originar-se a partir de inúmeros casos envolvendo tributos. Pode surgir após a introdução de um novo tributo ou alteração de alíquotas em que ocorrem situações dúbias nos textos da lei, gerando uma lacuna para erros e abrindo espaço para processos judiciais para sua reparação (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2009).

O mesmo acontece com as contingências trabalhistas, que envolvem principalmente reclames judiciais solicitando indenizações a funcionários ou ex-funcionários da entidade, gerando condições para a formação de passivos contingentes.

Outras contingências que têm sido bastante discutidas atualmente são as ambientais. Os danos causados são passíveis de multas e ações judiciais para reparar o estrago causado, e, segundo Ribeiro (2005), derivam principalmente de falhas operacionais.

Farias (2006) verificou que as contingências mais encontradas nas cinquenta maiores e melhores empresas do setor Químico e Petroquímico sediadas no Brasil, são contingências relacionadas a questões trabalhistas e tributárias e as menos encontradas são as decorrentes de questões ambientais.

Em um estudo que abordou as contingências nas cem maiores empresas brasileiras, Poeta, Von Knoblauch e Borba (2011), verificaram que os tipos de contingências mais divulgados pelas empresas foram os relativos a processos judiciais Fiscais/Tributários, Trabalhistas/Previdenciários, Ambientais e os Cíveis. Enquanto que nenhuma das empresas analisadas divulgou contingências relativas à Garantias, Contratos Onerosos, Reembolsos e Reestruturação. O Quadro 4 apresenta a quantidade de empresas que divulgaram determinados tipos de contingências no estudo acima referenciado.

Quadro 4 – Quantidade de empresas que divulgaram determinados tipos de contingências no estudo de Poeta, Von Knoblauch e Borba (2011)

|   | Tipos de Contingências |           |                            |       |
|---|------------------------|-----------|----------------------------|-------|
|   | Fiscal Tributária      | Ambiental | Trabalhista Previdenciária | Cível |
| Quantidades de Empresas (Passivos Contingentes) | 59                     | 10        | 46                         | 54    |
| Quantidade de Empresas (Ativos Contingentes)    | 11                     | 0         | 0                          | 3     |

Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados de Poeta, Von Knoblauch e Borba (2011)

O FASB, no SFAS nº. 5, apresenta alguns exemplos de situações que podem vir a gerar passivos contingentes, tais como: contas a receber; obrigações relacionadas com a garantia de produtos com defeitos; risco de perdas ou danos das instalações da empresa por incêndio, explosões e outros riscos; litígios pendentes ou possíveis de ocorrerem e obrigações junto a instituições financeiras.

Verifica-se a importância da necessidade de que as companhias tenham controle e um rígido acompanhamento das contingências, evitando que resultem em futuras surpresas negativas, o que pode inclusive afetar sua transparência e credibilidade.

Algumas das normas pronunciadas em relação às contingências são recentes, como é o caso do CPC 25, porém, anteriormente, este tema já estava previsto em outras normas contábeis. A Deliberação CVM nº. 489, de 03 de outubro de 2005, a qual aprovou a NPC 22, tratava das Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e já visava à convergência às práticas contábeis internacionais. Em 2009, a Deliberação CVM nº. 489/2005 foi revogada pela Deliberação CVM nº. 594, de 15 de setembro de 2009 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25, o qual faz correlação às Normas Internacionais no IAS 37. No mesmo ano, em 2009, o CFC divulgou a Resolução CFC 1.180/09 que aprovou a NBC T 19.7 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

## 2.5 CONTINGÊNCIAS CONFORME O CPC 25

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com o objetivo de alinhar as normas brasileiras de contabilidade com as internacionais,

criou o Pronunciamento Técnico nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual se correlaciona com a norma internacional IAS 37.

Farias (2006) salienta que o IASB trata as contingências na *International Accounting Standards* - IAS 37, que passou a vigorar para as Demonstrações Contábeis a partir de julho de 1999. A IAS 37 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes tem como objetivo aplicar a esses eventos os critérios de reconhecimento e bases de mensuração adequadas, bem como a divulgação de informações suficientes para os usuários entenderem sua natureza, tempo e valor.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009), as mudanças de maior relevância introduzidas pela internacionalização das normas contábeis se referem à primazia da essência sobre a forma e à necessidade de julgamento profissional. Os contadores estão diante de uma mudança de cunho filosófico, a qual os compele a abandonar um vasto conjunto de regras para ceder espaço à orientação de princípios à conduta profissional. É nesta ótica, do subjetivismo e julgamento, que o conteúdo proposto pelo CPC 25 se fundamenta.

O Pronunciamento CPC 25 deve ser aplicado a todas as entidades na contabilização de provisões, passivos e ativos contingentes, exceto os passivos resultantes de contratos a executar e os que estejam compreendidos em outros pronunciamentos, como é o caso dos instrumentos financeiros e contratos a executar.

No parágrafo 10 são apresentadas algumas definições dos principais termos abordados pelo CPC 25, conforme segue:

*Provisão:* é um passivo de prazo ou de valor incertos.

*Passivo:* é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

*Evento que cria obrigação:* é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

*Obrigação legal:* é uma obrigação que deriva de:

- a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- b) legislação; ou
- c) outra ação da lei.

*Obrigação não formalizada:* obrigação que decorre das ações da entidade em que:

a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a

entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e

b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

*Passivo contingente* é:

a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

*Ativo contingente*: é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

*Contrato oneroso*: é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

*Reestruturação*: é um programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente:

a) o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou

b) a maneira como o negócio é conduzido.

O CPC 25, parte do novo regimento de contabilidade a ser adotado pelas companhias abertas no Brasil a partir de 2010, determina o uso de procedimentos para registro, mensuração e divulgação das provisões, contingências passivas e ativas (OLIVEIRA, BENETTI E VARELA, 2011), procedimentos tais que serão apresentados adiante.

### **2.5.1 Reconhecimento**

O parágrafo 14 do CPC 25 estabelece que o reconhecimento de uma provisão deve ocorrer quando três condições forem satisfeitas, quais sejam: a entidade tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; seja provável que será necessária uma saída de recursos

que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Caso alguma destas condições não seja satisfeita, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Os passivos contingentes podem desenvolver-se de maneira não inicialmente esperada. Logo, se após passado determinado tempo já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

As contingências, tanto passivas quanto ativas, devem ser analisadas pela entidade em virtude de sua probabilidade de ocorrência, sendo qualificadas como prováveis, possíveis ou remotas de que se incorra em um passivo ou que se realize um ativo. O parágrafo 25 (CPC 25) ressalta que o uso de estimativas é uma parte essencial da elaboração das demonstrações contábeis e não prejudica sua confiabilidade.

Nos casos em que nenhuma estimativa confiável puder ser feita, haverá um passivo que não poderá ser reconhecido, e, portanto, será divulgado como passivo contingente (par. 26). Ademais, os passivos contingentes devem ser periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos se tornou provável.

As contingências, ativas e passivas, por se caracterizarem por não serem prováveis a sua realização ou não poderem ser estimadas confiavelmente, não são reconhecidas, devendo apenas ser divulgadas informações qualitativas a seu respeito nas notas explicativas (TONETTO FILHO e FREGONESI, 2010).

Para efeito de comparação, apresenta-se o tratamento requerido pelo SFAS nº. 5, conforme exposto por Desir, Fanning e Pfeiffer (2010): contingências julgadas como "prováveis" e que sejam razoavelmente estimáveis, são reconhecidas nas demonstrações financeiras e divulgadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Contingências consideradas como "razoavelmente possíveis" não necessitam de reconhecimento, mas exigem a divulgação. Para as consideradas "remotas" não é necessário reconhecimento nem divulgação.

De forma semelhante, de acordo com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos americanos (US-GAAP), as empresas sujeitas a direitos contingentes ou com ativos contingentes, tais como os decorrentes de litúgio, são obrigados a divulgar tais afirmações em suas demonstrações financeiras quando eles se tornam "razoavelmente possíveis", independentemente de se eles poderem ser razoavelmente

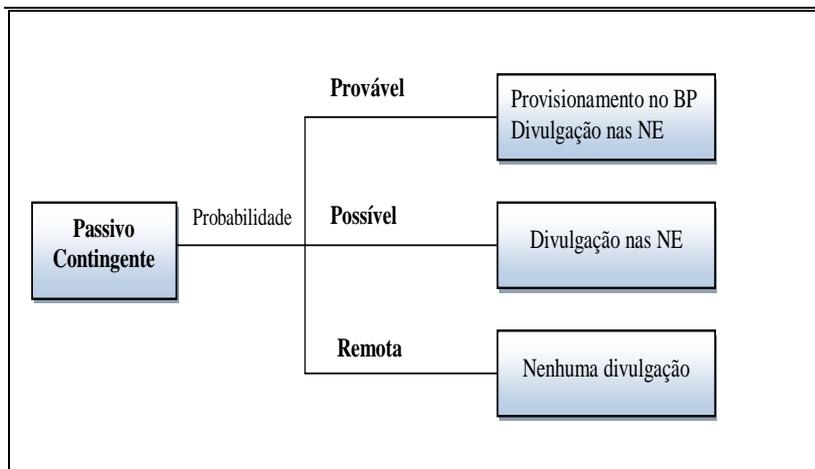
estimados. Uma provisão é necessária quando a contingência é "provável" e o seu montante pode ser "razoavelmente estimado". Por outro lado, as empresas com ganhos contingentes não estão autorizadas a relatar os ativos contingentes na declaração de resultados ou balanço até os critérios de realização serem cumpridos (DEAKIN, 1989).

Caetano et al. (2010) ressaltam que caso a probabilidade de ocorrência de tal desembolso seja menor do que provável, a entidade apenas fará a divulgação de um passivo contingente. Diferentemente, se a probabilidade de ocorrência for remota, não há lugar nem ao reconhecimento nem à divulgação de qualquer fato.

Para registrar um passivo contingente, uma empresa não precisa saber o valor exato nem a data exata a pagar. O que uma empresa deve saber é se é provável que ela tenha contraído um passivo (KIESO, WEIGANDT e WARFIELD, 2007).

O Quadro 5 sintetiza o tratamento a ser dado aos passivos contingentes conforme o CPC 25.

Quadro 5 – Resumo do tratamento contábil dos passivos contingentes



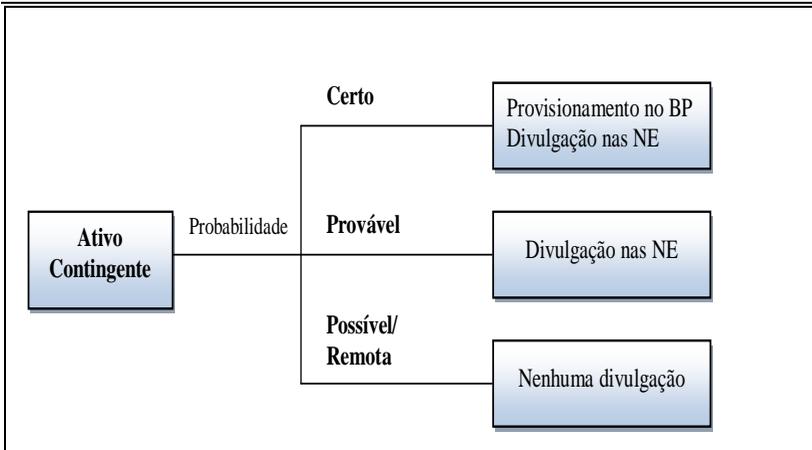
Fonte: dados da pesquisa

No caso de um ativo contingente, a entidade também não deve reconhecê-lo. Neste caso, visando à prudência, o CPC 25 determina que o ativo deva ser divulgado apenas em situações em que seja provável a entrada de benefícios econômicos. E somente em caso de o ativo contingente ter probabilidade praticamente certa, sem possibilidades de recursos, este poderá ser reconhecido no Balanço Patrimonial.

Caso a contingência ativa seja julgada possível ou remota a probabilidade de ocorrência, nada deve ser divulgado.

O quadro 6 com a síntese do tratamento das contingências ativas é demonstrado a seguir.

Quadro 6 – Resumo do tratamento contábil dos ativos contingentes



Fonte: dados da pesquisa

Kieso, Weigandt e Warfield (2007) observam que as empresas seguem uma política conservadora nessa área. Uma empresa divulga contingências ativas nas notas apenas quando uma alta probabilidade existe para realizá-las. Como resultado, é raro encontrar informações sobre ganhos contingentes nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas.

### 2.5.2 Mensuração

No momento da mensuração, a entidade deve levar em consideração que o valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O parágrafo 37 do CPC 25 define que a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento.

O IASB, no IAS 37 depreende que “a quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do Balanço”.

Em geral, as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes (par. 38, CPC 25).

Em casos de processos judiciais, a entidade deve determinar se existe obrigação presente na data de encerramento do balanço, considerando todas as evidências disponíveis, recorrendo, se necessário à assistência de peritos.

Quanto à mensuração, Fuji e Slomski (2003) enfatizam que existe mais ênfase na evidência do que na mensuração em si. O problema a ser destacado é que, embora a evidência seja verificável, a seleção do critério de evidência como base de mensuração pode ser objeto de viés pessoal. Os autores lembram que na prática, mesmo que diversos investigadores utilizem o mesmo método de mensuração de um atributo e baseiem suas medidas em evidência semelhante, podem encontrar valores diferentes, dentro de um mesmo intervalo. Isso, novamente evidencia a complexidade existente na atribuição de valores às contingências.

### **2.5.3 Divulgação**

A evidenciação, ao reduzir o grau de incerteza e a assimetria da informação fornecida pelas empresas, contribui tanto para melhoria da eficiência do mercado de capitais, no que se refere à gestão do risco, como também para a melhor compreensão da informação contábil (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

O CPC 25 se apresenta bastante claro e pontual em relação às exigências do que a entidade deve divulgar. Abaixo são listadas as divulgações requeridas em seus parágrafos 84 e 85, no tocante às provisões:

- a) o valor contábil no início e no fim do período;
- b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
- c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
- d) valores não utilizados revertidos durante o período; e

e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

f) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;

g) uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas. Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, conforme tratado no item 48; e

h) o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.

O parágrafo 86 apresenta as divulgações necessárias quanto ao passivo contingente, conforme segue:

a) a estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens 36 a 52;

b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e

c) a possibilidade de qualquer reembolso.

De forma semelhante, Oliveira (2007) destaca as divulgações exigidas pelo IASB no IAS 37:

Quanto às divulgações nas notas anexas ao balanço e demonstração dos resultados, a IAS 37 refere que quanto às provisões deve ser divulgado: o valor contábil no início e no fim do período; as provisões adicionais constituídas no período, ou o aumento das já constituídas; os montantes utilizados; os montantes revertidos; os aumentos nas provisões de valores atualizados em consequência da passagem do tempo e do efeito de alterações das taxas de atualização. A estas divulgações deve-se acrescentar: uma breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para a ocorrência de qualquer saída de benefícios econômicos; uma indicação das incertezas relativas ao montante e vencimento das obrigações; o valor do ativo reconhecido pelo reembolso esperado.

A evidenciação do passivo contingente nas demonstrações contábeis é de suma importância para fornecer aos usuários da

informação contábil dados úteis e confiáveis, embasados em sólidos princípios para a tomada de decisão (CAETANO ET al., 2010).

Em relação aos ativos contingentes, o parágrafo 89 do CPC 25 define que a entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões nos itens 36 a 52.

## 2.6 DIFERENÇA ENTRE PROVISÃO E RESERVA

Por diversas vezes provisões e reservas são confundidas por quem as estuda, porém ao pesquisar sobre o assunto, verifica-se suas principais diferenças. Franco (1996, p. 309) destaca que:

A constituição da provisão decorre da incorporação de parcela ao custo do exercício, ao passo que a da reserva decorre de destinação dada a uma parcela do lucro líquido. A provisão deve ser constituída mesmo quando o resultado do exercício for negativo, ao passo que a reserva só pode ser constituída quando o resultado do exercício for positivo.

A partir da diferenciação de Franco, pode-se dizer que provisão refere-se ao possível pagamento de alguma despesa que já ocorreu no passado, por outro lado, a reserva não está relacionada à despesa, só pode ser constituída quando houver lucro e é feita pensando-se num possível desembolso caso uma determinada situação venha a ocorrer no futuro.

As provisões representam obrigações conhecidas pela entidade, porém onde não é sabido com exatidão o seu valor ou sua data para pagamento. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 287) reforçam que:

[...] há inúmeros passivos que também devem ser registrados, apesar de não terem data fixada de pagamento ou mesmo não conterem expressão exata de seus valores. Isto porque no exigível devem ser contabilizadas todas as obrigações, encargos e riscos, conhecidos e calculáveis.

Desta forma, torna-se necessário controle contábil e gerencial para permitir conhecer e divulgar todos os valores existentes que apesar de não aparecerem de forma tão evidente, poderão ser desembolsados em algum momento pela entidade a qual os controla.

Segundo o CPC 25, provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos. Ainda segundo esta norma, as provisões podem ser distintas de outros passivos tais como contas a pagar porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

Neste sentido, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 21) ressaltam que a partir da Deliberação CVM °. 489/2005, “o termo contingente agora é de uso exclusivo de ativos e passivos não reconhecidos, o uso anteriormente freqüente de “provisões para contingências” não é mais adequado”. Isto ocorre pois no caso de um passivo contingente ser reconhecido, este passará a ser definido como provisão, que são passivos de valor ou prazo incertos, onde não cabe o adjetivo *contingente*.

Favero *et al.* (2007, p. 241) destacam as seguintes provisões:

- a. provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b. provisão para perdas em estoques;
- c. provisão para desvalorização do estoque;
- d. provisão para perdas em investimentos permanentes.

Sendo estas provisões acima relacionadas ao reconhecimento de perdas prováveis de direitos a receber ou desgaste de bens, e as provisões abaixo relacionadas ao reconhecimento de despesas, conforme segue:

- a. provisão para 13º salário;
- b. provisão para férias;
- c. provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.

Estes são somente alguns exemplos de provisões, podendo existir outras como provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, provisão para benefícios a empregados, que por diversas vezes não são abordadas por autores em suas obras.

## 2.7 PESQUISAS ANTERIORES

Apesar de não ser um tema relativamente novo, as contingências, assim como os ativos e passivos contingentes não tem sido alvo de muitas publicações acadêmicas em âmbito nacional.

Farias (2006) verifica que as contingências mais encontradas nas 50 maiores e melhores empresas do setor Químico e Petroquímico sediadas no Brasil, são contingências relacionadas a questões trabalhistas e tributárias e as menos encontradas são as decorrentes de questões ambientais. Em relação às notas explicativas o grau de divulgação foi insuficiente, ficando abaixo do exigido.

Em um trabalho sobre o gerenciamento de lucros (*earnings management*) Martinez e Faria (2007) citam como uma possível técnica para ajustar os resultados o fato de estimar o valor para reserva de contingências, quando deveria ter se constituído uma provisão para contingências, sendo assim, uma ferramenta para alterar resultados obtidos pela companhia.

Tonetto Filho e Fregonesi (2010) investigaram alguns impactos das mudanças no passivo em virtude da aplicação das normas internacionais. Objetivaram analisar a variação dos níveis de endividamento e liquidez, assim como, o nível de divulgação de empresas sobre seus instrumentos financeiros, arrendamentos mercantis e provisões e contingências. O estudo mostrou que as empresas investigadas ainda estão longe do alinhamento às normas internacionais sobre instrumentos financeiros, arrendamento mercantil, provisões e contingências.

Oliveira, Benetti e Varella (2011) analisaram o *disclosure* obrigatório das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes, no final do exercício de 2009 e no primeiro trimestre de 2010, em empresas listadas na BM&FBOVESPA. Os achados revelaram que a adoção do CPC 25 não impactou, neste período, o nível de *disclosure* em razão de ser um procedimento já praticado anteriormente pelas empresas. Concluiu-se que mesmo com o caráter coercivo do *disclosure*, as empresas não atenderam ao princípio *full disclosure*.

Poeta, Von Knoblauch e Borba (2011) analisaram a evidenciação das contingências das cem maiores empresas de capital aberto do Brasil. Na pesquisa observou-se a dificuldade de evidenciação das contingências, por serem situações dúbias no cotidiano das empresas, e, pelo fato de estarem em um período de adaptação às Normas Internacionais da Contabilidade. Porém, as entidades, em sua

maioria, cumpriram com as solicitações do IAS 37 e demonstram preocupação com o referido assunto.

Quanto aos tipos de contingências, as pesquisas relacionadas às contingências ambientais têm se destacado, enquanto que estudos relacionados a outros tipos de contingência não apresentam um número expressivo de artigos relativos a cada tipo. O Quadro 7 apresenta algumas pesquisas relacionadas às contingências ambientais, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Quadro 7 – Pesquisas relacionadas a contingências ambientais

| <b>Autor, Local e Ano de Publicação</b>                          | <b>Resumo da Pesquisa</b>  |
|--|--|
| Garrod. <i>Journal of Accounting and Public Policy</i> , 2000.   | Com as práticas de governança corporativa da Europa Central e Oriental sendo importadas de economias de mercado reconhecidas historicamente, o autor acredita que os sistemas podem ser introduzidos sem que haja o suporte necessário às contingências ambientais. Com a análise da transição dos sistemas de governança corporativa na Eslovênia, o autor verifica que apesar da estrutura regulatória importada parecer ser compreensiva, as contingências ambientais indicam falta de eficácia no país pesquisado. |
| Anex e Englehardt. <i>Journal of Hazardous Materials</i> , 2001. | Os autores abordam dois tipos de custos ambientais: os custos altamente incertos associados a acidentes ambientais e os custos secundários condicionados à ocorrência de acidentes, tais como responsabilidade civil. É proposto um modelo aos analistas para obter informações sobre avaliação quantitativa de passivos ambientais altamente incertos (contingentes).   |

|   |  |
|---|--|
| <p>Milani e Ferreira. <b>Universidade Católica de Brasília</b>, 2005.</p> | <p>Num estudo sobre contingências ambientais destacaram que as provisões contingenciais não são adequadas em quatro empresas do setor elétrico estudadas.</p>  |
| <p>Ashcroft e Smith. <i>Research in Accounting Regulation</i>, 2008.</p>  | <p>Em estudo sobre relatórios ambientais, incluindo custos de capital e despesas operacionais relativas à poluição, os autores ressaltaram a importância do reconhecimento dos passivos contingentes, discorrendo sobre o que está previsto no SFAS 5.</p>   |
| <p>Beuren, Czesnat e Silva. <b>XII SEMEAD</b>, 2009.</p>                  | <p>Os autores verificaram que a Controladoria possui papel fundamental em seus ambientes interno e externo, pois auxilia as empresas a solucionar problemas decorrentes de contingências já identificadas, assim como participa da elaboração do plano de contenção, na tentativa de minimizar as consequências trazidas pelas contingências ambientais.</p>   |
| <p>Rose. <i>Environmental Claims Journal</i>, 2010.</p>                   | <p>O autor questiona se a criação pelo FASB de uma única fonte de normas, chamada “Accounting Standards Codification (ASC)”, com intuito de tornar mais simples a aplicação pelas empresas, teve realmente êxito em relação aos passivos ambientais. Destacando que, em relação às contingências ambientais não houve mudanças positivas, sendo que estes podem ser valorizados de forma diferente, o que impede a sua avaliação em relação ao outro e complica boas decisões de gestão.</p> |

Fonte: dados da pesquisa

As contingências têm sido abordadas de diversas formas em pesquisas realizadas no exterior. Deakin (1989), com base na aquisição

da Getty Oil Company pela Texaco, ocorrida em 1984, analisou a contabilização das contingências judiciais destas duas empresas, de modo a comparar o que cada uma divulgou a respeito.

Frost (1991) replicou um estudo de Banks e Kinney (1982), o qual além de verificar se a existência de perdas por contingências influenciam ou é uma medida da qualidade dos resultados do exercício, verificou ainda se a avaliação da gravidade de nova contingência por parte do auditor é influenciada por fatores econômicos e pelo próprio interesse do auditor. Os resultados corroboraram as conclusões do trabalho anterior, ou seja, mostraram que o desempenho do preço de cotação das ações das empresas com novas contingências, era significativamente pior, do que o das empresas sem novos eventos contingentes divulgados. Verificou, ainda, que os auditores classificavam como muito importantes as perdas contingentes que ocorriam quando a economia estava estagnada, quando o desempenho do preço de cotação das ações era relativamente baixo ou até negativo e os resultados do cliente eram baixos.

Entwistle, Lanfranconi e Robertson (1994) analisaram pesquisas sobre contingências e apresentaram resultados de um estudo empírico de demonstrações financeiras de empresas canadenses. O estudo identifica deficiências que podem afetar negativamente a habilidade aos usuários em prever o futuro do impacto das contingências.

Leite (2001) propôs o desenvolvimento de um modelo de contabilidade contingencial aliando-a com contabilidade de gestão, com vistas ao planejamento e a gestão estratégica das contingências, capaz de compreender estratégias flexíveis e ajustáveis, identificar as contingências de maior impacto e comunicar alterações significativas das variáveis associadas às contingências.

Hoffman e Patton (2002) estudaram dois critérios para reconhecimento de contingências passivas em órgãos públicos federais, um deles estabelecido pelo FASB e outro pelo Federal Accounting Standards Advisory Board (FASAB), concluindo que através do método do FASAB há um acréscimo no reconhecimento de passivos contingentes.

Em um estudo português, Oliveira (2007) objetivou verificar se no ano de 2000 as 500 maiores empresas portuguesas seguiram o que exige o IAS 37. Concluiu-se que a norma não foi devidamente cumprida, pois não foram levados em conta os critérios de reconhecimento. Notou-se, também, que de forma geral as empresas

parecem possuir conhecimento da norma, porém este conhecimento não é profundo o suficiente para cumpri-la de forma satisfatória.

Gordon, Loeb e Tseng (2009) relacionaram o gerenciamento de riscos corporativos com o desempenho da entidade, no qual afirmam ser esta uma relação contingente, devido a cinco fatores que afetam a entidade: incertezas ambientais, competição industrial, porte empresarial, complexidade da entidade e monitoramento do conselho de administração.

Desir, Fanning e Pfeiffer (2010) desenvolveram um estudo com o objetivo de questionar se a revisão do SFAS 5, solicitada pelos usuários, é realmente necessária. A partir da análise de estudos empíricos, os autores encontraram evidências desfavoráveis sobre o comportamento das empresas em relação à divulgação das contingências, o que poderia tornar desnecessário uma revisão do pronunciamento, visto que o mesmo sequer é cumprido conforme suas exigências.

Há um destaque para pesquisas que abordam a visão interpretativa das contingências, ou seja, que buscam analisar como diferentes indivíduos interpretam situações de contingência, podendo levar em consideração diferentes culturas ou diferentes tipos de probabilidade. O Quadro 8 apresenta pesquisas com este enfoque.

Quadro 8 – Pesquisas relacionadas à interpretação das contingências

| <b>Autor, Local e Ano de Publicação</b>                   | <b>Resumo da Pesquisa</b>   |
|---|---|
| Harrison e Pearson.<br><i>Accounting Horizons</i> , 1989. | Em um estudo sobre a comunicação entre auditores e advogados no que concerne às contingências relacionadas a litígios, verificaram que os pesquisados têm diferentes definições para os termos "remoto" e "provável". Sugere-se que se os auditores acreditam que o efeito de uma contingência relativa a litígios poderia ser material, devem pedir esclarecimentos adicionais aos advogados para complementar as suas respostas de auditoria. |
| Harrison e Tomassini.<br><i>Contemporary Accounting</i>   | Pesquisa sobre a interpretação das contingências por auditores. A análise   |

|   |   |
|---|---|
| <p><b>Research</b>, 1989.</p>   | <p>incide sobre os limites entre as probabilidades "remota" e "razoavelmente possível" e entre "razoavelmente possível" e "provável". Os resultados indicam: médias limiaries de 0,16 e 0,68, respectivamente; mais consenso entre os auditores no primeiro limite de probabilidades do que no segundo; as diferenças geralmente não dependiam do tipo de perda de contingente.</p>   |
| <p>Reimers. <i>Accounting Horizons</i>, 1992.</p>                                 | <p>O autor pretende fornecer evidências da necessidade de revisão do SFAS 5, através da análise da interpretação de auditores e gestores relativa aos termos <i>remota</i>, <i>razoavelmente possível</i> e <i>provável</i>. Os resultados mostram um surpreendente grau de concordância entre os pesquisados. No entanto, as três expressões do SFAS 5 são inadequadas para comunicar toda a gama de probabilidades, o que evidencia a sua necessidade de reforma.</p> |
| <p>Amer, Hackenbrack e Nelson. <i>Auditing</i>, 1994.</p>                         | <p>Examinou-se a variância entre auditores na interpretação numérica das frases de probabilidade utilizadas em auditoria, bem como o quanto os auditores estão cientes desta variância. Os resultados do estudo revelam variação substancial entre os auditores na interpretação e níveis geralmente baixos de consciência desta variância.</p>   |
| <p>Amer, Hackenbrack e Nelson. <i>Contemporary Accounting Research</i>, 1995.</p> | <p>Realizou-se um experimento para analisar se as interpretações do SFAS 5, por gerentes de auditoria, são influenciadas pelo contexto em que se inserem. Verificou-se que as interpretações da expressão "provável" foram associados positivamente com a</p>   |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>taxa base do evento. As interpretações das expressões "remota" e "razoavelmente possível" não foram afetadas pela manipulação da taxa base.</p>  |
| <p>Kinney e Nelson. <i>Journal of Accounting Research</i>, 1996.</p>             | <p>Verificaram que as informações afetam o julgamento de ambos auditores e usuários das demonstrações contábeis ao avaliarem o potencial de perdas futuras com ações judiciais. Além disso, os auditores são considerados mais conservadores do que os não-auditores.</p>   |
| <p>Nelson e Kinney. <i>The Accounting Review</i>, 1997.</p>                      | <p>Examinam a influência da incerteza a respeito da probabilidade de uma perda futura vir a ocorrer, nos julgamentos de auditores e usuários das demonstrações. Sendo que os dois atuaram como se uma probabilidade <i>ambígua</i> de perda fosse maior do que uma probabilidade <i>precisa</i> com a mesma magnitude, demonstrando assim uma reação conservadora com a ambigüidade.</p>  |
| <p>Simon. <i>The European Accounting Review</i>, 2002.</p>                       | <p>Pesquisa a respeito da interpretação e da eficiência da comunicação de trinta expressões de probabilidade mais utilizadas. Os resultados mostram que, enquanto muitas expressões de probabilidade foram vistas como tendo significados semelhantes e um alto grau de eficiência de comunicação, vários expressões tiveram baixa eficiência de comunicação. Torna-se necessária uma reavaliação do uso de expressões de probabilidade com baixa eficiência de comunicação e a adoção de expressões compreensíveis de probabilidade.</p> |
| <p>Aharony e Dotan. <i>Journal of Business Finance and Accounting</i>, 2004.</p> | <p>Realizaram um estudo comparativo a respeito das interpretações feitas por auditores, gestores e analistas financeiros sobre as regras de evidenciação contidas</p>   |

|  |  |
|--|--|
|  | <p>no SFAS 5. Verificou-se que analistas financeiros são mais conservadores do que os gestores ou auditores nas interpretações numéricas das expressões verbais, enquanto auditores e gestores apresentaram interpretações semelhantes.</p>  |
| <p>Doupnik; Martin Richter. <i>Journal of International Accounting Research</i>, 2004.</p> | <p>Investigaram o efeito da cultura nacional na interpretação dos termos de probabilidade verbal, entre contadores americanos e alemães. Na maioria dos casos, os contadores alemães são mais conservadores. Os resultados sugerem que a cultura influencia a interpretação das expressões de probabilidade verbal utilizadas nas normas contábeis e levanta a questão de que se um conjunto de normas comum entre países pode ser aplicado consistentemente através de diferentes culturas.</p> |
| <p>Capriotti e Waldrup. <i>Journal of Business &amp; Economics Research</i>, 2005.</p>     | <p>Analisou-se a interpretação das probabilidades do SFAS 5 por parte de gestores. Verificou-se que tanto o nível de incerteza quanto modo de comunicação são fatores importantes que influenciam a análise da incerteza. Parece existir falta de comunicação entre os preparadores e os usuários das demonstrações contábeis.</p>   |
| <p>Tsakumis. <i>Abacus</i>, 2007.</p>  | <p>Realizou um estudo para verificar a influência da cultura nacional na aplicação das normas contábeis pelos contadores da Grécia e dos Estados Unidos. Os resultados mostram que não há significativas diferenças no reconhecimento. Já em relação à divulgação, verificou-se que os contadores americanos são mais conservadores que os gregos, já que estes tendem a evidenciar menos os ativos e</p>  |

|   |   |
|---|---|
|   | passivos contingentes em relação aos americanos.  |
| Du e Stevens. <i>Managerial Auditing Journal</i> , 2011.                | O objetivo deste trabalho é investigar como os contadores interpretam expressões de incerteza verbais com foco na tradução de probabilidades numéricas para verbais. Os resultados indicam um padrão claro, em que os limiares para as decisões de divulgação podem ser facilmente identificados na tradução numérica para verbal. Além disso, a taxa de base parece afetar a avaliação da incerteza, mas não afeta o mapeamento de valores numéricos para os termos verbais. |
| Du, Stevens e McEnroe. <i>Research in Accounting Regulation</i> , 2011. | O estudo aborda a dificuldade de interpretar as frases probabilidade verbais do SFAS 5 e explora uma maneira simples de melhorar a qualidade do julgamento. Evidências sugerem que a suplementação das probabilidades verbais com os seus correspondentes valores numéricos reduz a variabilidade interpessoal na interpretação dos termos do SFAS 5.   |

Fonte: dados da pesquisa

Em síntese, verifica-se que apesar da importância das contingências para as entidades, e da atenção merecida na sua análise, reconhecimento e mensuração, ainda existe um número pouco expressivo, principalmente em âmbito nacional, de pesquisas que abordam o tema. Percebe-se, ainda, que existe um grande campo de pesquisa a ser explorado sobre as contingências.



### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa, de caráter teórico-empírico, pode ser considerada, em relação aos seus objetivos, como exploratório-descritiva, pelo fato de existirem poucos trabalhos acadêmicos publicados sobre o tema com o enfoque proposto, principalmente no âmbito nacional, sendo que a pesquisa também procura descrever certas características sobre o fenômeno contingências. Gil (2002) destaca que as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema, já as pesquisas descritivas proporcionam descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

A abordagem do problema de pesquisa é classificada como quantitativa e qualitativa, no qual são utilizadas ferramentas estatísticas para responder ao problema de pesquisa, assim como, são feitas análises com intuito de verificar possibilidades de aprimoramento na interpretação das contingências.

O método quantitativo representa a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências (RICHARDSON, 2008).

Por outro lado, a abordagem qualitativa de um problema, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 2008).

#### 3.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA

Nas pesquisas científicas, em que se deseja conhecer algumas características de uma população, podemos observar apenas uma amostra de seus elementos e, com base nos resultados da amostra, obter valores aproximados para os parâmetros de interesse (BARBETTA, 2006).

A amostra utilizada nesta pesquisa foi obtida intencionalmente e por acessibilidade. Os elementos que formam a amostra intencional relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador.

Desse modo, a amostra intencional apresenta-se como representativa do universo (RICHARDSON, 2008).

Foram selecionados para a amostra os estudantes de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, dos turnos diurno e noturno, que estivessem cursando 5ª fase ou superior.

Optou-se por alunos da 5ª fase ou superior, para que estes já possuíssem uma melhor noção a respeito de métodos estatísticos e conceitos de probabilidade, visto já terem cursado duas disciplinas de estatística (Métodos Estatísticos I e II), assim como, já terem certo conhecimento em assuntos mais aprofundados em contabilidade, como os ministrados na disciplina de “Contabilidade Superior”, da 4ª fase do curso.

Deste modo, levando em consideração os critérios acima mencionados, participaram da pesquisa um total de 174 estudantes.

### 3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Baseado nos estudos de Du e Stevens (2011); Du, Stevens e McEnroe (2011); Aharony e Dotan (2004) e de Tsakumis (2007), nesta dissertação foi aplicado um teste onde os respondentes encontraram situações que envolviam decisões relacionadas às contingências.

Os testes são instrumentos utilizados com a finalidade de obter dados que permitam medir o rendimento, a competência, a capacidade ou a conduta dos indivíduos, em forma quantitativa (MARCONI e LAKATOS, 2007). Neste caso, o teste foi utilizado com a intenção de obter dados relativos à conduta dos participantes frente à situação proposta.

Com o intuito de verificar a conduta dos participantes na interpretação das contingências e se existem diferenças entre as interpretações feitas a partir dos termos verbais para probabilidades numéricas e, a partir de probabilidades numéricas para os termos provável, possível e remota, foram elaborados dois testes, onde alguns estudantes responderam a um tipo e outros responderam a outro tipo de teste, distribuídos aleatoriamente.

Os testes foram aplicados em sala de aula, durante o horário normal das disciplinas, com o consentimento prévio dos professores. A aplicação se deu no segundo semestre de 2011, entre os meses de outubro e dezembro.

A parte inicial dos dois testes é idêntica, em que primeiramente os participantes eram solicitados a assumir o papel de contador de uma

empresa hipotética, onde sua tarefa era a de avaliar as contingências relacionadas com contas a receber relativas a um determinado cliente.

Em seguida, para que os participantes tivessem como fundamentar suas respostas, eram apresentadas informações básicas provenientes do CPC 25 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, principalmente aquelas relacionadas aos conceitos, utilizações e forma de proceder em cada caso de probabilidade (“provável”, “possível” e “remota”).

Foi também distribuído separadamente, como material de apoio, um fluxograma (árvore de decisão), extraído do CPC 25, que tem como propósito resumir os principais requerimentos de reconhecimento do Pronunciamento para provisões e passivos contingentes, o qual pode ser verificado no Anexo A.

Na parte final é que os testes se diferenciavam. Para verificar as interpretações partindo-se de termos verbais para probabilidades numéricas, os estudantes receberam algumas explicações sobre como se dá a escala de probabilidade, semelhante ao utilizado no estudo de Aharony e Dotan (2004), e em seguida, foram solicitados a responder qual a sua percepção a respeito das três regiões de probabilidade, marcando suas escolhas em uma escala de 0 a 100%. A parte final deste teste é ilustrada pela Figura 2.

A parte final do teste que visou verificar as interpretações a partir de probabilidades numéricas para os termos verbais, forneceu aos estudantes algumas probabilidades numéricas, em que cada probabilidade representava a chance de a empresa não receber parte do valor devido pelo seu cliente. Em seguida, os participantes eram solicitados a decidir qual o termo que melhor descrevia cada probabilidade numérica, escolhendo entre "remota", "possível" e "provável", semelhante ao estudo de Du e Stevens (2011). A figura 3 ilustra esta parte do teste.

Figura 2 – Parte final do teste avaliativo das interpretações partindo-se de termos verbais para probabilidades numéricas

A forma como as contingências são relatadas nas demonstrações financeiras depende da determinação dos pontos de corte e de  $x\%$  e  $y\%$ , conforme a escala abaixo.

|                   |              |              |              |
|-------------------|--------------|--------------|--------------|
|                   | ‘remota’     | ‘possível’   | ‘provável’   |
|                   | X.....X..... | X.....X..... | X.....X..... |
| Probabilidade: 0% | $x\%$        | $y\%$        | 100%         |

A determinação dos pontos onde termina a probabilidade “remota” e inicia a probabilidade “possível” e onde termina a probabilidade “possível” e inicia a probabilidade “provável” podem variar em função das características e interpretações do profissional que está analisando determinada situação contingente.

Diante disto, qual é a sua percepção das três regiões de probabilidades? Por favor, forneça a sua resposta sobre a escala de probabilidade, **marcando X e Y abaixo**, como segue:

**X** em um ponto inferior para indicar a sua percepção sobre o limite de onde termina a probabilidade “remota” e inicia a probabilidade “possível”.

**Y** em um ponto superior para indicar a sua percepção sobre o limite onde termina a probabilidade “possível” e inicia a probabilidade “provável”.

**Obs: marcar apenas um X e um Y na escala abaixo.**

|            |
|------------|
| 100% _____ |
| 90% _____  |
| 80% _____  |
| 70% _____  |
| 60% _____  |
| 50% _____  |
| 40% _____  |
| 30% _____  |
| 20% _____  |
| 10% _____  |
| 0% _____   |

Figura 3 – Parte final do teste avaliativo das interpretações partindo-se de probabilidades numéricas para verbais.

São dadas algumas probabilidades numéricas. Cada probabilidade numérica representa a chance de que a empresa não irá receber parte do valor devido pela Empresa ABC. Por favor, decida qual o termo que melhor descreve cada probabilidade numérica, escolhendo entre "remota", "possível" e "provável".

| A probabilidade numérica é | Qual dos três termos melhor descreve a probabilidade numérica? (Escolha um)                         |
|----------------------------|---|
| 30%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 10%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 90%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 0%                         | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 40%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 70%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 100%                       | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 20%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 80%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 60%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 50%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |

Fonte: dados da pesquisa

Após a sua realização, os testes eram recolhidos e então era distribuída individualmente uma questão pós-experimental, com o intuito de obter dos participantes sua opinião sobre as probabilidades do CPC 25, no sentido de questioná-los se os mesmos acreditavam que se a referida norma acrescentasse probabilidades numéricas aos termos de probabilidade (provável, possível e remota) facilitaria a interpretação em situações de contingência. A Figura 4 ilustra a questão pós-experimental.

Figura 4 – Questão pós-experimental

**Questão Pós-experimental:**

De acordo com o CPC 25, para análise, reconhecimento e divulgação das contingências, os profissionais devem basear-se em probabilidades verbais, verificando se a possibilidade de uma determinada contingência vir a ocorrer é considerada ‘remota’, ‘possível’ ou ‘provável’. Não há, deste modo, embasamento em probabilidades numéricas, ficando a critério da interpretação, experiência e conhecimento do profissional a decisão a ser tomada em cada caso de contingência.

Você acredita que se a norma CPC 25 acrescentasse probabilidades numéricas (em porcentagem) aos termos de probabilidade (provável, possível e remota) facilitaria a interpretação em situações de contingência? Veja exemplo abaixo.

Sim. Facilitaria a interpretação

Não. Não facilitaria a interpretação

*Exemplo:*

- **Remota** (de 0% a 25% a probabilidade de ocorrer)

- **Possível** (de 25% a 55% a probabilidade de ocorrer)

- **Provável** (de 55% a 100% a probabilidade de ocorrer)

Fonte: dados da pesquisa

Antes de iniciarem o teste os alunos recebiam algumas instruções, como:

- 1) Em virtude de o teste ser feito em sala de aula, onde os alunos, em algumas circunstâncias, ficavam muito próximos uns dos outros, era solicitado que não houvesse comunicação entre eles;

- 2) Era salientado que o teste era interpretativo, então não existia resposta certa ou errada, e sim formas de julgamento diferentes entre indivíduos, com o intuito de deixá-los interpretar de forma espontânea;
- 3) O tempo para ler e responder ao teste era de 15 minutos; e
- 4) O tempo para a questão pós-experimental era de mais 5 minutos.

### 3.4 O PRÉ-TESTE

Para Marconi e Lakatos (2007, p. 32), “o pré-teste consiste em testar os instrumentos da pesquisa sobre uma parte do universo ou da amostra, antes de ser aplicado definitivamente, a fim de evitar que a pesquisa chegue a um resultado falso, ou seja, isento de erros”.

Richardson (2008, p. 202) ressalta que o pré-teste deve ser aplicado a um grupo que apresente as mesmas características da população incluída na pesquisa. Assim, o pré-teste desta dissertação foi aplicado a um grupo de 25 alunos da sétima fase (noturno) do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para obter-se um retorno em relação ao teste, foi disponibilizado ao final do mesmo, um espaço para que os estudantes respondessem se entenderam o que havia sido proposto no teste, assim como, um espaço para críticas e sugestões.

De forma geral, o pré-teste foi bem aceito e compreendido pelo grupo. Como sugerido por um dos participantes, foi destacado em um dos testes quantos “x” e “y” deveriam ser marcados. Como isso já estava explicado no experimento, buscou-se, então, o seu destaque em negrito e sua disposição logo acima do local a ser preenchido.

Como o desempenho na aplicação do pré-teste foi satisfatório, decidiu-se incluir estes 25 estudantes na amostra da dissertação.

### 3.6 FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

#### **3.6.1 Média dos valores atribuídos aos termos (provável, possível e remota)**

Diversos estudos têm verificado diferenças na atribuição de valores aos termos de probabilidade, verbais e numéricos (Weinberg e Wallsten (1988); McGlone e Reed (1998); Gonzalez e Frenck-Mestre (1993); Honda e Yamagishi (2006); Erev, Gonzalez-Vallejo e Wallsten (1994)).

Pelo fato de os números serem percebidos de forma a transmitir um nível maior de precisão e autoridade, enquanto que as palavras são percebidas como mais flexíveis e menos precisas em significado (Budescu, Weinberg e Wallsten, 1988), acredita-se que a média dos valores atribuídos aos termos verbais será diferente da média atribuída aos termos numéricos, o que resultou na formulação da primeira hipótese de pesquisa.

**Hipótese alternativa (H1):** A média dos valores numéricos atribuídos aos termos (provável, possível e remota) do CPC 25 na escala numérica será diferente do que na condição de definição verbal.

**Hipótese nula (H0<sub>1</sub>):** A média dos valores numéricos atribuídos aos termos (provável, possível e remota) do CPC 25 na escala numérica **não** será diferente do que na condição de definição verbal.

### 3.6.2 Variação dos valores numéricos

Du, Stevens e McEnroe (2011) verificaram que, em geral, os estudos que abordam a quantificação dos termos de probabilidade provável, possível e remota, concluíram que existe uma grande variabilidade entre indivíduos na atribuição de valores numéricos às expressões verbais de probabilidade.

Deste modo, espera-se que a variação dos valores numéricos seja menor na análise da escala numérica do que na forma de definição verbal, formulando-se, assim, a segunda hipótese de pesquisa.

**Hipótese alternativa (H2):** A variação dos valores numéricos será menor na condição de escala numérica do que na condição de definição verbal.

**Hipótese nula (H0<sub>2</sub>):** não haverá diferenças na variação dos valores numéricos na condição de escala numérica, em comparação com a condição de definição verbal.

### 3.6.3 Opinião dos participantes

Em um estudo sobre probabilidades verbais e numéricas, Witteman e Renooij (2003) concluem que uma escala que inclui, ao mesmo tempo, classificação verbal e numérica para avaliação de probabilidades, facilitará o processo de avaliação.

Nesta ótica, Du, Stevens e McEnroe (2011), argumentam que as definições verbais são inerentemente vagas e inadequadas e que a divulgação da perda por contingência pode ser melhorada, complementando as probabilidades verbais com os seus correspondentes valores numéricos.

Deste modo, acredita-se que, de modo intuitivo e natural, os participantes acreditam que o uso de termos verbais e numéricos simultaneamente, deve facilitar a interpretação das contingências, o que resultou na formulação da terceira hipótese.

**Hipótese alternativa (H3):** Os participantes acreditam que se a norma CPC 25 acrescentasse probabilidades numéricas (em porcentagem) aos termos de probabilidade (provável, possível e remota), facilitaria a interpretação em situações de contingência.

**Hipótese nula (H0<sub>3</sub>):** Os participantes acreditam que se a norma CPC 25 acrescentasse probabilidades numéricas (em porcentagem) aos termos de probabilidade (provável, possível e remota), **não** facilitaria a interpretação em situações de contingência.

### 3.7 TESTES DAS HIPÓTESES DE PESQUISA

Para o alcance dos objetivos e teste das hipóteses desta pesquisa, tornaram-se necessários alguns ajustes. No teste Numérico-Verbal os participantes não marcavam exatamente onde terminava uma probabilidade e iniciava outra (pontos X e Y), como ocorria no teste Verbal-Numérico, mas decidiam, entre intervalos de 10%, se certa probabilidade era considerada provável, possível ou remota. Ou seja, ao marcarem 20% como remota e 30% como possível, sabe-se que o ponto X está entre essas duas probabilidades, então, para tornar o resultado mais imparcial possível, determinou-se que os pontos X e Y seriam o ponto médio, ou conforme o exemplo acima, o ponto X seria 25%, quer dizer, onde termina a probabilidade remota e inicia a probabilidade possível.

Para testar a primeira hipótese, ou seja, comparar as médias dos valores numéricos atribuídos aos termos provável, possível e remota nos dois testes, utilizou-se o Teste U de Mann-Whitney, o qual se mostra adequado para amostras independentes, onde existem diferenças de variância entre as amostras.

Para o teste da segunda hipótese, onde se deseja comparar a variação dos valores numéricos na condição de escala numérica e na

condição de definição verbal, utilizou-se o teste de Levene, já que o mesmo não requer que os dados obedeçam a uma distribuição normal. O *software* utilizado para as análises estatísticas foi o *SPSS Statistics*.

### 3.8 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Apesar da pesquisa realizada em busca de trabalhos que servissem de embasamento para esta dissertação, a elaboração do instrumento (teste) para a coleta dos dados envolveu subjetividade e certo grau de julgamento, visto que não sendo os testes exatamente iguais a outros aplicados anteriormente, utilizaram-se formas de questionar os participantes que se julgassem mais eficientes.

Como os estudos anteriores, em sua maioria, eram baseados na norma norte-americana sobre contingências, buscou-se tratar do assunto de forma mais semelhante possível, mesmo que este seja baseado na norma brasileira CPC 25, para que não houvesse tantas divergências nos resultados encontrados com aplicação e afim também de tornar os resultados deste trabalho mais comparáveis com os estudos similares anteriores.

Ainda assim, a forma como foi elaborado o instrumento para a coleta de dados, poderia ser realizada de forma diferente por outros autores, o que possivelmente poderia trazer melhores ou piores resultados, ou seja, mais próximos ou não da realidade.

A fim de predizer os resultados da pesquisa, foram formuladas três hipóteses, que com base em ferramentas estatísticas foram testadas para verificar sua veracidade. Isto pode se caracterizar como uma limitação, tendo em vista que outras hipóteses poderiam ser testadas para avançar em outras questões importantes sobre o tema.

Embora todos os participantes da pesquisa tenham conhecimentos, no mínimo intermediários, de contabilidade, o fato de serem estudantes de graduação pode ser considerado uma limitação, tendo em vista estarem analisando uma situação que hipoteticamente faz parte do universo profissional. Porém, estudos anteriores (Liyanarachchi e Milne, 2005; Liyanarachchi, 2007) têm verificado que estudantes podem ser considerados substitutos adequados para os profissionais em muitas situações de tomada de decisão, visto que tomam decisões semelhantes às dos profissionais. Isto também vem a facilitar o acesso a informações, visto que muitas vezes se verifica indisponibilidade de profissionais dispostos a participarem de pesquisas acadêmicas.

Destaca-se, também, como uma das limitações deste trabalho, a impossibilidade de generalização dos resultados, ou de se efetuar uma

inferência estatística, que se refere ao conhecimento sobre parâmetros de uma população a partir dos dados obtidos de uma amostra (BARBETTA, 2008). Isto se deve principalmente ao fato de a amostra ser intencional, não levando em conta técnicas probabilísticas de amostragem, o que impossibilita fazer generalizações dos resultados obtidos.

O fato de o assunto abordado neste trabalho ser relativamente recente, advindo principalmente da internacionalização das normas contábeis, a qual requer um tratamento mais subjetivo e criterioso e o fato de existir, em alguns casos, certa resistência quanto a esta nova subjetividade imposta, com a primazia da essência sobre a forma, pode ser um obstáculo na obtenção das respostas aos objetivos propostos.

Ressalta-se, ainda, que a presente dissertação buscou analisar as possíveis semelhanças ou diferenças na interpretação dos termos verbais atribuídos às contingências, não buscando investigar os motivos que levam à tais diferenças ou semelhanças.



## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados desta pesquisa, obtidos com a aplicação dos testes aos 174 participantes, com o objetivo de verificar como ocorre a interpretação dos termos de probabilidade do CPC 25 e se existem diferenças ou preferências entre as interpretações.

Do total de 174 respostas obtidas dos estudantes, 12 foram desconsideradas por serem não-monotônicas. Foram consideradas não-monotônicas as respostas onde a probabilidade “provável” foi selecionada para uma probabilidade numérica menor do que “possível”, por exemplo: marcação de 50% como “possível” e 40% como “provável”.

Foram também desconsideradas as respostas de 12 participantes do Teste Verbal-Numérico onde “X” e “Y” eram marcados várias vezes, sendo que deveriam ser marcados apenas uma vez. O Quadro 9 apresenta a síntese dos procedimentos efetuados para atingir a quantidade de testes válidos para análise.

Quadro 9 – Síntese dos procedimentos para análise dos testes

|   |            |
|---|------------|
| Total de participantes da pesquisa          | 174        |
| (-) Respostas não-monotônicas               | (12)       |
| (-) Respostas incorretas                    | (12)       |
| (=) Total de respostas válidas para análise | <b>150</b> |

Fonte: dados da pesquisa

Deste modo, restaram 150 testes válidos para análise, a qual é apresentada a seguir, nos demais tópicos da análise dos resultados.

### 4.1 DADOS DESCRITIVOS DAS AMOSTRAS

Para conhecer de forma adequada as características de cada amostra estudada, assim como visualizar médias, variações e possíveis tendências, foram verificados os seus dados descritivos.

As Tabelas 1 e 2 apresentam frequência e porcentagem em que os participantes escolheram os pontos de corte X e Y, para cada probabilidade numérica.

Tabela 1 – Frequências das Probabilidades Quanto aos Pontos X e Y no Teste Verbal-Numérico

| Probabilidades (%) | Ponto X    |             | Ponto Y    |             |
|--------------------|------------|-------------|------------|-------------|
|                    | Frequência | Porcentagem | Frequência | Porcentagem |
| 0                  | 1          | 1,3         | 1          | 1,3         |
| 10                 | 5          | 6,5         | 0          | 0           |
| 20                 | 21         | 27,3        | 0          | 0           |
| 30                 | 36         | 46,7        | 0          | 0           |
| 40                 | 7          | 9,1         | 1          | 1,3         |
| 50                 | 6          | 7,8         | 16         | 20,7        |
| 60                 | 0          | 0           | 14         | 18,2        |
| 70                 | 1          | 1,3         | 26         | 33,8        |
| 80                 | 0          | 0           | 17         | 22,1        |
| 90                 | 0          | 0           | 1          | 1,3         |
| 100                | 0          | 0           | 1          | 1,3         |
| <b>Total</b>       | <b>77</b>  | <b>100</b>  | <b>77</b>  | <b>100</b>  |

Fonte: dados da pesquisa

Primeiramente, no teste Verbal-Numérico, verifica-se um padrão forte de escolha como ponto X nas probabilidades de 20 e 30%, representando quase 75% das respostas, enquanto que a definição do ponto Y se dividiu, de forma menos padronizada, entre as probabilidades de 50, 60, 70 e 80%.

Tabela 2 – Frequências das Probabilidades Quanto aos Pontos X e Y no Teste Numérico-Verbal

| Probabilidades (%) | Ponto X    |             | Ponto Y    |             |
|--------------------|------------|-------------|------------|-------------|
|                    | Frequência | Porcentagem | Frequência | Porcentagem |
| 0                  | 0          | 0           | 0          | 0           |
| 5                  | 5          | 6,8         | 0          | 0           |
| 15                 | 7          | 9,6         | 1          | 1,4         |
| 25                 | 40         | 54,8        | 0          | 0           |
| 35                 | 17         | 23,3        | 0          | 0           |
| 45                 | 3          | 4,1         | 5          | 6,8         |
| 55                 | 1          | 1,4         | 33         | 45,2        |
| 65                 | 0          | 0           | 27         | 37          |
| 75                 | 0          | 0           | 5          | 6,8         |
| 85                 | 0          | 0           | 2          | 2,8         |
| 95                 | 0          | 0           | 0          | 0           |
| <b>Total</b>       | <b>73</b>  | <b>100</b>  | <b>73</b>  | <b>100</b>  |

Fonte: dados da pesquisa

Pode-se verificar um padrão comum de respostas nos dois testes. No teste Numérico-Verbal, verifica-se um padrão maior nas respostas entre os participantes, sendo que a escolha do ponto X se dividiu de forma mais clara, com um total de 78% das respostas visualizadas entre as probabilidades de 25 e 35%. Dentro do mesmo padrão, a definição do ponto Y ficou basicamente entre as probabilidades de 55 e 65%, com 82% das respostas nestes dois pontos.

Estes resultados são semelhantes aos encontrados por Du e Stevens (2011), em que, na análise numérica para verbal, o ponto de corte entre remota e razoavelmente possível (ponto X) ficou entre 20 e 30%, enquanto que o ponto de corte entre razoavelmente possível e provável (ponto Y) ficou entre 60 e 70%.

A Tabela 3 apresenta os resultados da estatística descritiva dos dados, de ambos os testes.

Tabela 3 – Dados Descritivos dos Pontos X e Y nos Testes

| Dados Descritivos | Grupo Verbal-Numérica |         | Grupo Numérica-Verbal |         |
|-------------------|-----------------------|---------|-----------------------|---------|
|                   | Ponto X               | Ponto Y | Ponto X               | Ponto Y |
| Média             | 28,57                 | 65,71   | 26,23                 | 59,66   |
| Mediana           | 30                    | 70      | 25                    | 55      |
| Moda              | 30                    | 70      | 25                    | 55      |
| Desvio Padrão     | 11,21                 | 13,52   | 9,42                  | 9,87    |
| Variância         | 125,56                | 182,71  | 88,74                 | 97,45   |
| Mínimo            | 0                     | 10      | 5                     | 15      |
| Máximo            | 70                    | 100     | 55                    | 85      |

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 3 que as médias do ponto X nos dois testes são bastante semelhantes, enquanto que ocorre mais diferença nas médias do ponto Y. Quanto à dispersão dos dados, verifica-se que o desvio padrão e a variância apresentam diferenças nos pontos X e Y dos dois testes, com valores maiores no teste Verbal-Numérico do que no teste Numérico-Verbal.

#### 4.2 MÉDIA DOS VALORES ATRIBUÍDOS AOS TERMOS DE PROBABILIDADE

A Tabela 4 apresenta o resultado da aplicação do Teste U de Mann-Whitney, o qual realizou comparação entre as médias dos valores obtidos nos pontos X e Y de ambos testes.

Tabela 4 – Teste U de Mann-Whitney

| Variáveis | Média    |          | Desvio Padrão |          | P      |
|-----------|----------|----------|---------------|----------|--------|
|           | Teste VN | Teste NV | Teste VN      | Teste NV |        |
| Ponto X   | 28,57    | 26,23    | 11,206        | 9,42     | 0,211  |
| Ponto Y   | 65,71    | 59,66    | 13,517        | 9,872    | 0,001* |

Teste VN = Teste Verbal-Numérico

Teste NV = Teste Numérico-Verbal

Fonte: dados da pesquisa

Verifica-se que as médias dos pontos X e Y são diferentes nos dois testes, porém, para testar estatisticamente a relevância destas diferenças, utilizou-se o Teste U de Mann-Whitney, o qual indica que as médias no ponto de corte entre remota e possível (ponto X) não são

estatisticamente diferentes entre os dois tipos de testes ( $p = 0,211$ ). Por outro lado, as médias do ponto de corte entre possível e provável (ponto Y) são consideradas estatisticamente diferentes entre os testes ( $p = 0,001$ ). Estes resultados suportam parcialmente H1.

Ao testar a diferença entre as médias dos valores obtidos com análise numérica *versus* análise verbal, Du, Stevens e McEnroe (2011) também obtiveram um suporte parcial à sua hipótese, devido a terem encontrado diferenças nas médias dos termos provável e remoto, enquanto que as médias do termo razoavelmente possível foram praticamente idênticas nos dois tipos de análises.

Aharony e Dotan (2004) encontraram a média de 22% nas interpretações de gestores e auditores e de 15% nas interpretações de analistas financeiros, para o limiar inferior de probabilidade, ou seja, entre remota e razoavelmente possível. Para o limiar superior, entre razoavelmente possível e provável, os autores encontraram a média de 75% nas interpretações de gestores e auditores e de 67,5% para analistas financeiros, o que demonstra um maior nível de conservadorismo por parte de analistas financeiros. Essas médias se apresentam um pouco diferentes das encontradas nesta pesquisa.

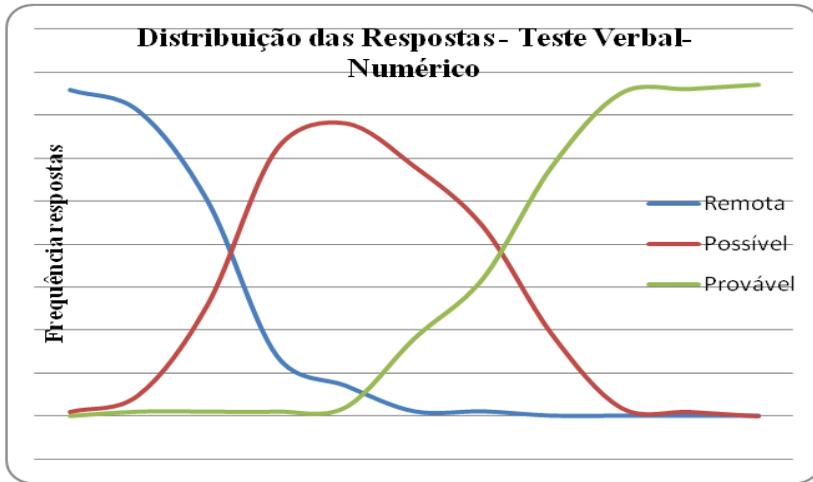
Quanto ao nível de conservadorismo dos participantes, observa-se que a diferença entre as médias do ponto Y indicam que os respondentes agem de forma menos conservadora ao utilizarem como ponto de partida para análise os termos verbais, visto que a média do ponto Y no teste Verbal-Numérico fica aproximadamente seis pontos percentuais acima da média obtida no teste Numérico-Verbal (65,71 no teste VN e 59,66 no teste NV).

Com um resultado diverso, Nelson e Kinney (1997), encontraram maior conservadorismo quando a probabilidade era ambígua, ou seja, verbal, enquanto que a análise de uma probabilidade precisa (numérica) revelou um resultado menos conservador.

#### 4.3 VARIABILIDADE DOS VALORES OBTIDOS NAS ANÁLISES NUMÉRICA E VERBAL

Para obter uma melhor visualização da distribuição das respostas ao longo dos dois testes, foram elaborados os Gráficos 1 e 2. Cada linha dos gráficos representa um termo de probabilidade.

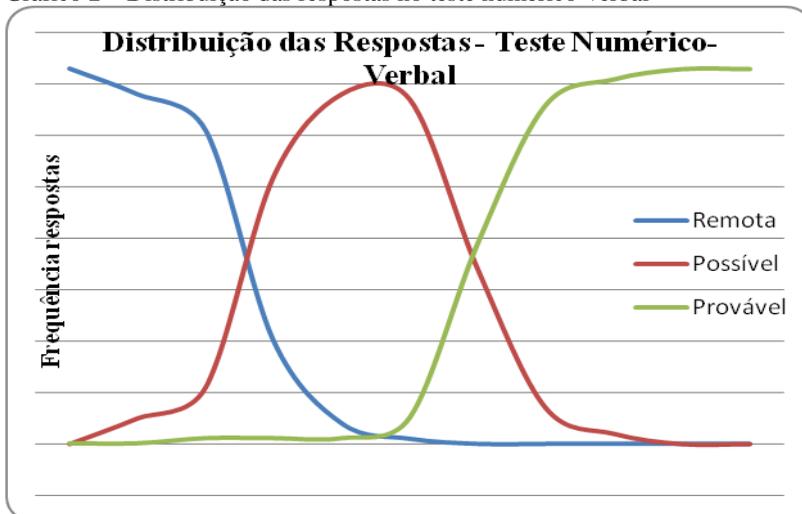
Gráfico 1 – Distribuição das respostas no teste verbal-numérico



Fonte: dados da pesquisa

Pode-se notar que cada probabilidade, diferenciada pelas cores azul, vermelho e verde apresentam distribuições bem definidas, que apontam para uma congruência nas análises efetuadas pelos participantes da pesquisa.

Gráfico 2 – Distribuição das respostas no teste numérico-verbal



Fonte: dados da pesquisa

É possível notar, nos dois gráficos, uma semelhança quanto à distribuição das probabilidades ao longo da linha de 0 a 100%. Percebe-se uma concentração de respostas à esquerda para a probabilidade remota, uma concentração central para a probabilidade possível e uma concentração à direita para a probabilidade provável.

Porém, ao comparar os gráficos, é possível notar que no teste numérico-verbal as respostas são mais uniformes, seguindo um parâmetro semelhante a uma curva normal. No teste verbal numérico, no entanto, as linhas não se mostram de forma tão uniforme, apresentando mais distorções. Os valores de desvio padrão, constantes da Tabela 3, também demonstram que há maior variabilidade no teste verbal-numérico. Isto, preliminarmente, parece comprovar H2.

No entanto, com o intuito de obter uma resposta estatística para H2, realizou-se o Teste de Levene. A Tabela 5 apresenta o resultado da aplicação do Teste de Levene, o qual realizou uma comparação entre as variâncias dos valores obtidos nos pontos X e Y de ambos os testes.

Tabela 5 – Teste de Levene

| <b>Teste de Levene para igualdade de variâncias</b> |          |             |
|---|----------|-------------|
|   | <b>F</b> | <b>Sig.</b> |
| <b>Ponto X</b>                                      | 1,353    | 0,247       |
| <b>Ponto Y</b>                                      | 7,46     | 0,007*      |

Fonte: dados da pesquisa

O teste de Levene indica que as variâncias no ponto de corte entre remota e possível (ponto X) não é estatisticamente diferente entre os dois testes ( $F = 1,353$  e  $p = 0,247$ ). Por outro lado, as variâncias do ponto de corte entre possível e provável (ponto Y) é estatisticamente maior na tradução verbal para numérica ( $F = 7,46$  e  $p = 0,007$ ). Esses resultados suportam parcialmente H2.

Resultados semelhantes foram obtidos por Harrison e Tomassini (1989), que ao analisar a variância dos pontos de corte entre remota e razoavelmente possível (ponto X) e entre razoavelmente possível e provável (ponto Y), verificaram um consenso maior entre as respostas relativas ao primeiro ponto de corte, e uma variância maior nas respostas relativas ao segundo ponto de corte (Y).

Ao aplicar o Teste de Levene para testar as variâncias dos termos de probabilidade do SFAS 5 (provável, razoavelmente possível e

remota) quando analisados numericamente *versus* verbalmente, Du, Stevens e McEnroe (2011) encontraram diferenças significativas para todos os termos.

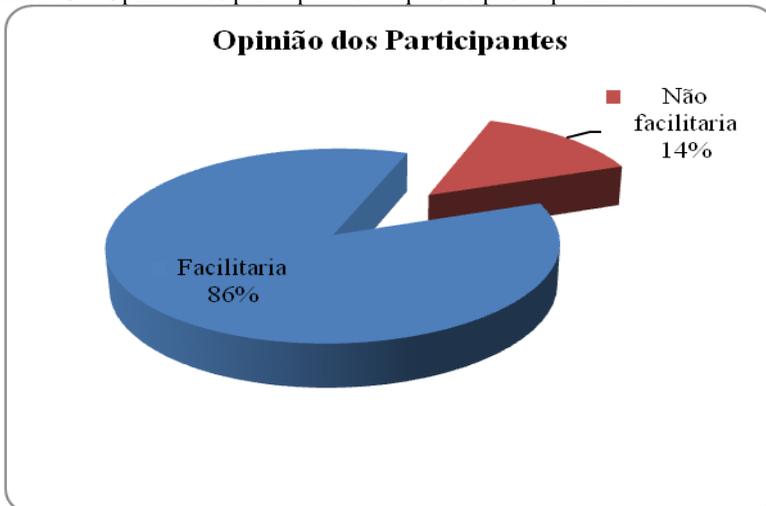
Na área de psicologia, ao comparar decisões baseadas em probabilidades numéricas e verbais, Budescu, Weinberg e Wallsten (1988) verificaram que os julgamentos numéricos foram significativamente superiores em todos os aspectos, pois eram muito menos variáveis entre os indivíduos.

#### 4.4 CRENÇA DOS PARTICIPANTES QUANTO AO USO DE PROBABILIDADES NUMÉRICAS

O Gráfico 1 demonstra a opinião dos 174 participantes da pesquisa, quando indagados se acreditam que se a norma CPC 25 acrescentasse probabilidades numéricas (em porcentagem) aos termos de probabilidade (provável, possível e remota) facilitaria a interpretação em situações de contingência.

Ressalta-se que como este ponto foi abordado na questão pós-experimental, e não nos testes, não houveram respostas descartadas, tendo sido aproveitadas todas as 174 respostas entregues pelos estudantes.

Gráfico 3 – Opinião dos participantes na questão pós-experimental



Fonte: dados da pesquisa

Na questão pós-experimental 24 (14%) estudantes responderam que a inclusão de probabilidades numéricas aos termos utilizados pela norma CPC 25 não facilitaria a interpretação das contingências, contra 150 (86%) alunos que acreditam que isto viria a facilitar em tal situação. Esses resultados suportam H3.

Nesta mesma linha, McGlone e Reed (1998), destacam a obrigação de especialistas que transmitem informações delicadas a usar expressões numéricas para transmitir informação probabilística, quando a precisão suficiente pode ser alcançada. Quando uma previsão ou o diagnóstico não podem ser feitos com precisão suficiente para ser expressa em termos quantitativos, os peritos devem considerar os riscos de variabilidade de interpretação antes de empregar expressões de probabilidade para transmitir as suas opiniões.

Ainda sob esta ótica, Du, Stevens e McEnroe (2011) argumentam que as definições verbais são vagas e inadequadas e que a divulgação da perda por contingência pode ser melhorada, complementando as probabilidades verbais com os seus correspondentes valores numéricos. Em sua pesquisa, obtiveram evidências de que as empresas podem contar com a escala numérica para reduzir a variabilidade de julgamento e melhorar a transparência na tomada decisão relacionada a perda por contingência. Além disso, a escala numérica pode ajudar auditores externos a verificar a adequação das decisões de perda por contingência no processo de auditoria. Finalmente, as empresas podem divulgar a escala numérica nas notas de rodapé das demonstrações financeiras para ajudar os investidores a compreender a natureza da perda por contingência e o tratamento contábil relacionado.

Por outro lado, Cardoso et al. (2008) defendem que a subjetividade da norma não deve constituir obstáculo para o fenômeno da regulação, pois é necessário, estar sensível à presença de elementos sócio-histórico-culturais que podem afetar a relação fato-valor presente em tal processo de julgamento e, ainda, assumir as responsabilidades envolvidas nas atividades dos profissionais devido à aplicação das normas internacionais de contabilidade.

Nesta mesma linha, Espejo et al. (2010) enfatizam que o contador tende a se preocupar com normas e regras claramente definidas à orientação de sua conduta profissional. O novo cenário empresarial convida-o a refletir sobre cada uma das decisões que terá de tomar de modo a compreender a essência de cada uma das operações possíveis.

Desta forma, torna-se edificante a reflexão por parte do contador sobre a importância e responsabilidade conferidas à profissão

contábil, requerentes de: amplo conhecimento operacional das organizações nas quais atua; noções da essência econômica envolvida em cada uma das operações possíveis ou propostas; e necessidade incremental inerente ao julgamento profissional (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2009).

Nesta pesquisa, talvez pelo próprio fato de terem participado estudantes de graduação, a resposta ao questionamento do possível uso de termos numéricos, auxiliariamente aos termos verbais, tenha tido tanta aceitação, visto que os estudantes não possuem, ainda, amplo conhecimento profissional e segurança relacionada ao julgamento, como enfatizam os autores acima referenciados.

## 5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

O uso de julgamento e estimativas no exercício da profissão contábil surgiu mais fortemente no Brasil após sua aderência às normas internacionais de contabilidade. O que até então era certo, tabelado e preso à legislação, tornou-se suscetível a avaliações, julgamentos profissionais e cada caso adequou-se à sua realidade de fato.

Neste contexto, se encontram as contingências, que de acordo com o CPC 25, estão sujeitas às avaliações de contadores, peritos, advogados, para que sejam interpretadas de forma correta, condizente com sua real situação e para que levem transparência aos investidores.

Porém, uma das maiores questões relacionadas às contingências, é justamente a forma como se dá seu julgamento e interpretação, visto serem subjetivos e sofrerem nuances entre diferentes indivíduos. No âmbito internacional, diversos autores têm se preocupado em estudar como ocorre a interpretação de termos de probabilidades verbais e numéricos, tanto na área da contabilidade, como na psicologia. No Brasil, os estudos deste gênero são escassos, o que motivou a construção desta pesquisa, como forma de apresentar uma contribuição a um tema tão pouco explorado.

Em virtude disso, o objetivo deste trabalho foi verificar como ocorre a interpretação dos termos de probabilidade do CPC 25 e se existem diferenças ou preferências entre as interpretações feitas a partir destes termos para probabilidades numéricas e, vice-versa, a partir de probabilidades numéricas para os termos provável, possível e remota.

Para isto, foram elaborados dois testes interpretativos, aplicados a estudantes de Ciências Contábeis, onde os respondentes encontraram situações que envolviam decisões relacionadas a contingências. Os testes se diferenciavam por conterem interpretações verbais para numéricas, e, numéricas para verbais. Aplicou-se, ainda, uma questão pós-experimental com o intuito de obter dos participantes sua opinião acerca das probabilidades contidas no CPC 25.

Um total de 174 estudantes respondeu aos testes, onde depois da retirada de respostas não monotônicas ou incorretas, obteve-se 150 testes válidos para análise. Para verificação das hipóteses formuladas, procedeu-se a aplicação de testes estatísticos. Os principais resultados encontrados foram os seguintes:

- Verificou-se um padrão comum de respostas nos dois testes, porém, com maior padrão no teste Numérico-Verbal. No teste Verbal-Numérico, verifica-se que em 75% das respostas o

ponto X ficou entre as probabilidades de 20 e 30%, enquanto que a definição do ponto Y se dividiu entre as probabilidades de 50, 60, 70 e 80%. No teste Numérico-Verbal, a escolha do ponto X se dividiu de forma mais clara, com um total de 78% das respostas visualizadas entre as probabilidades de 25 e 35%. A definição do ponto Y ficou basicamente entre as probabilidades de 55 e 65%, com 82% das respostas nestes dois pontos.

- O Teste U de Mann-Whitney indicou que as médias no ponto de corte entre remota e possível (ponto X) não são estatisticamente diferentes entre os dois tipos de testes ( $p = 0,211$ ). Por outro lado, as médias do ponto de corte entre possível e provável (ponto Y) são consideradas estatisticamente diferentes entre os testes ( $p = 0,001$ ). Estes resultados suportaram parcialmente H1.
- Quanto ao nível de conservadorismo dos participantes, observou-se que a diferença entre as médias do ponto Y indicam que os respondentes agem de forma menos conservadora ao utilizarem como ponto de partida para análise os termos verbais, visto que a média do ponto Y no teste Verbal-Numérico fica aproximadamente seis pontos percentuais acima da média obtida no teste Numérico-Verbal (65,71 no teste VN e 59,66 no teste NV).
- O teste de Levene indicou que as variâncias no ponto de corte entre remota e possível (ponto X) não foi estatisticamente diferente entre os dois testes ( $F = 1,353$  e  $p = 0,247$ ). Por outro lado, as variâncias do ponto de corte entre possível e provável (ponto Y) foi estatisticamente maior na tradução verbal para numérica ( $F = 7,46$  e  $p = 0,007$ ). Esses resultados suportaram parcialmente H2.
- Na questão pós-experimental 24 (14%) estudantes responderam que a inclusão de probabilidades numéricas aos termos utilizados pela norma CPC 25 não facilitaria a interpretação das contingências, contra 150 (86%) alunos que acreditam que isto viria a facilitar em tal situação. Esses resultados suportaram H3.

De acordo com as hipóteses, era esperada uma diferença nas análises numérica e verbal quanto à atribuição de valores aos termos de probabilidade. De acordo com os resultados, essa diferença pôde ser observada no ponto Y, enquanto que no ponto X, apesar de haver diferenças de valores, ao analisar estatisticamente essa diferença não se mostrou relevante. Isso pode levar à conclusão de que os indivíduos, em certas ocasiões, apresentam a capacidade de interpretar de forma semelhante uma probabilidade exposta de formas diferentes, enquanto que em outras ocasiões isso não ocorre. Não se buscou nesta dissertação investigar os motivos que levam às semelhanças ou diferenças na interpretação.

Conforme verificado em pesquisas anteriores, há estudos que defendem a utilização de termos numéricos enquanto outros acreditam que os termos de probabilidade verbais são melhores. Os achados desta pesquisa não permitem que se chegue a uma ou outra conclusão, levando em consideração a complexidade dos indivíduos ao realizar julgamentos e interpretações.

As evidências sugerem que o uso de julgamento profissional pode não levar a uma solução absolutamente correta, tendo nuances sempre que julgado por diferentes indivíduos. As diferenças encontradas especificamente no ponto Y, insinuam que a tradução verbal-numérica e numérica-verbal podem envolver processos de julgamento diferentes e, portanto, podem ter um impacto diferente nos demonstrativos contábeis.

Levando-se em consideração as diferenças encontradas na interpretação do ponto Y, torna-se importante que órgãos normatizadores, profissionais e investidores tenham consciência desta diferença e possam levá-la em conta ao analisar as contingências, sabendo que tais diferenças podem gerar impactos nas demonstrações financeiras das companhias, aumentando ou diminuindo seu resultado.

Quanto à investigação sobre o uso de termos numéricos complementarmente aos verbais, verificou-se forte preferência por esta possível complementação, o que poderia também ser levado em consideração no momento de elaboração das normas, visto que os profissionais do ramo de contabilidade, assim como o mercado de ações em geral, estão mais habituados com o uso de probabilidades numéricas.

Ou sob outra ótica, talvez a possível inclusão de termos numéricos tenha tido tanta aceitação, pelo fato dos estudantes não possuírem, ainda, amplo conhecimento profissional e segurança relacionada ao julgamento.

Ressalta-se a impossibilidade de generalização dos resultados desta pesquisa, tendo em vista a amostra ser intencional e não levar em

conta técnicas probabilísticas de amostragem. Neste caso, os resultados e conclusões limitam-se a amostra pesquisada, não podendo ser considerados para outras amostras ou condições de pesquisa.

Espera-se, com esta dissertação, contribuir para a construção e o aprimoramento da Contabilidade no Brasil, mostrando a relevância das contingências para a construção de uma contabilidade que apresente a situação real da entidade, e para que as contingências sejam trabalhadas da melhor forma possível, evitando seu uso com o objetivo de gerenciamento de resultados.

Sugere-se que futuras pesquisas analisem de forma mais profunda como se dá a interpretação dos termos de probabilidade, quais são os fatores que levam a diferenças ou semelhanças na interpretação e como podem ser melhoradas as normas para que se minimizem cada vez mais estas diferenças.

Outro ponto a ser explorado por futuras pesquisas é o uso efetivo das provisões, contingências passivas e ativas com o intuito de promover o gerenciamento de resultados, ou seja, buscar detectar se os gestores têm se utilizado das contingências com esta finalidade.

É interessante, ainda, a participação de profissionais mais experientes do mercado de trabalho para integrarem a amostra em outras pesquisas, assim como aplicar técnicas de amostragem aleatórias, o que permitiria generalizações acerca dos resultados.

Sugere-se, também, estudos comparativos das interpretações realizadas por contadores, auditores e advogados, já que estes são os profissionais com mais nível de envolvimento no julgamento das contingências, e possuem diferentes motivações e objetivos profissionais. Enfim, são diversas as possibilidades e oportunidades de pesquisas sobre o tema, visto ser polêmico e pouco explorado em pesquisas nacionais.

## REFERÊNCIAS

AHARONY, Joseph; DOTAN, Amihud. *A comparative analysis of auditor, manager and financial analyst interpretations of SFAS 5 disclosure guidelines*. **Journal of Business Finance & Accounting**. Blackwell Publishing Limited, vol. 3, nº. 4, p.475-504, 2004.

AMER, Tarek; HACKENBRACK, Karl; NELSON, Mark. *Between-auditor differences in the interpretation of probability phrases*. **Auditing**. Vol. 3, n. 1, p. 126-136, 1994.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Context-dependence of auditors interpretations of the SFAS 5 probability expressions*. **Contemporary Accounting Research**. Vol. 12, n. 1, p. 25-39, 1995.

ANEX, Robert P.; ENGLEHARDT, James D. *Application of a predictive Bayesian model to environmental accounting*. **Journal of Hazardous Materials**. Vol. 82, p 99–112, 2001.

ANGELONI, Maria Terezinha. Elementos intervenientes na tomada de decisão. **Ci. Inf.**, v. 32, n. 1, p. 17-22, jan./abr. 2003

ASHCROFT, Paul; SMITH, L. Murphy. *Impact of Environmental Regulation on Financial Reporting of Pollution Activity: a comparative study of U.S. and Canadian firms*. **Research in Accounting Regulation**. Vol. 20, p. 127–153, 2008.

BAPTISTA, Evelyn M. B. Ganhos em Transparência versus Novos Instrumentos de Manipulação: o paradoxo das modificações trazidas pela Lei nº 11.638. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. Vol. 49, n. 2, p. 234-239, 2009.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 6. ed. rev. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2006.

BEUREN, Ilse Maria; CZESNAT, Aline Oliveira; SILVA, Marcelo. Papel da Controladoria na Adequação às Contingências Ambientais das Agroindústrias de Carne e Derivados Listadas na Bovespa. In: **XII SEMEAD**, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2009.

BROWN, Grant A.; COLLINS, Roger; THORNTON, Daniel B. *Professional Judgment and Accounting Standards*. **Accounting, Organizations and Society**. Vol. 18, n. 4, p. 275-289, 1993.

BUDESCU, David V.; BROOMELL, Stephen; POR, Han-Hui. *Improving Communication of Uncertainty in the Reports of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. **Psychological Science**. Vol. 20, n. 3, p. 299-308, 2009.

\_\_\_\_\_; WEINBERG, Shalva; WALLSTEN, Thomas S. *Decisions Based on Numerically and Verbally Expressed Uncertainties*. **Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance**. Vol. 14, n. 2, p. 281-294, 1988.

CAETANO Thalita Pereira; SILVA, Taina Borges da; BIESDORF, Suelem; LEAL Edvalda Araujo. Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: Um estudo nas Empresas de Papel e Celulose. In: **7º. Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**. 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2010.

CAPRIOTTI, Kim; WALDRUP, Bobby E. *Miscommunication of Uncertainties in Financial Statements: a study of preparers and users*. **Journal of Business & Economics Research**. Vol. 3, n. 1, p. 33-46, 2005.

CARDOSO, Ricardo Lopes; SILVA, Marcelo Adriano; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SARAVIA, Enrique Jeronimo. Regulação da contabilidade e regulação contábil: teorias e análise da lei nº. 11.638/07. In: **18º. Congresso Brasileiro de Contabilidade**. 2008, Gramado. Anais... Gramado: CFC, 2008.

CHOW, Chee; HARRISON, Paul. *Identifying meaningful and significant topics for research and publication: a sharing of experiences and insights by 'influential' accounting authors*. **Journal of Accounting and Education**. Vol. 20, p. 183-203, 2002.

CORRELL, Robert; JAMAL, Karim; ROBINSON, Linda A. *Forum: Teaching Professional Judgement in Accounting*. **Accounting Perspectives**. Vol. 6, n. 2, p. 123-140, 2007.

DEAKIN, Edward B. *Accounting for Contingencies: the Pennzoil-Texaco case. Accounting Horizons*. Mar, 1989.

DESIR, Rosemond; FANNING, Kirsten; PFEIFFER, Ray J. *Are Revisions to SFAS No. 5 Needed? Accounting Horizons*. Vol. 24, n. 4, p. 525-545, 2010.

DOUPNIK, Timothy S; RICHTER, Martin. The Impact of Culture on the Interpretation of "In Context" Verbal Probability Expressions. *Journal of International Accounting Research*. Vol 3, n. 1, p. 1-20, 2004.

DU, Ning; STEVENS, Kevin. *Numeric-to-verbal translation of probability expressions in SFAS 5. Managerial Auditing Journal*. Vol. 26, n°. 3, p. 248-262, 2011.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; McENROE, John E. *Improving consistency in interpreting SFAS 5 probability phrases. Research in Accounting Regulation*. Vol. 23, p. 67-70, 2011.

ELLIOTT, John A.; NELSON, Mark W.; TARPLEY, Robin L. *Evidence from auditors about managers' and auditors' earnings management decisions. Accounting Review*. Vol. 77, p. 175-202, 2002.

ENTWISTLE, Gary M.; LANFRANCONI, Claude P.; ROBERTSON, Darroch A. *The Incomplete Disclosure of Litigation-type Contingencies: Contemporary Canadian Evidence. Journal of International Accounting Auditing & Taxation*. Vol. 3, n. 2, p. 169-185, 1994.

EREV, Ido; GONZALEZ-VALLEJO, Claudia; WALLSTEN, Thomas S. *Do decision quality and preference order depend on whether probabilities are verbal or numerical? American Journal of Psychology*. Vol 107, n. 2, 1994.

ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci; FREZATTI, Fábio; CRUZ, Ana Paula Capuano da; COSTA, Flaviano. Uma abordagem institucional do subjetivismo responsável na adoção das normas internacionais de contabilidade: uma análise crítico-reflexiva sobre os inibidores à convergência no Brasil. *Estudos do ISCA*, n. 2, 2010.

FARIAS, Manoel Raimundo Santana. Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. In: **6º. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2006.

FOX, Craig R.; IRWIN, Julie R. *The Role of Context in the Communication of Uncertain Beliefs*. **Basic and Applied Social Psychology**. Vol. 20, n. 1, p. 57-70, 1998.

FROST, Carol A. *Loss contingency reports and stock prices: a replication and extension of Banks and Kinney*. **Journal of Accounting Research**. Vol. 29, n. 1, p. 157-169, 1991.

FUJI, Alessandra Hirano; SLOMSKI, Valmor. Subjetivismo Responsável: necessidade ou ousadia no estudo da contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**. N. 33, p. 33 - 44, set./dez., 2003.

GARROD, Neil. *Environmental contingencies and sustainable modes of corporate governance*. **Journal of Accounting and Public Policy**. Vol. 19, p. 237-261, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GINO, Francesca; SHANG, Jen; CROSON, Rachel. *The impact of information from similar or different advisors on judgment*. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**. Vol. 108, p. 287-302, 2009.

GIOMETTI, Rodrigo. **Contingências: natureza, registro, valorização, classificação contábil e divulgação**. Disponível em : [http://www.fiscosoft.com.br/main\\_index.php?home=home\\_artigos&m=&nx=&viewid=121669](http://www.fiscosoft.com.br/main_index.php?home=home_artigos&m=&nx=&viewid=121669). Acesso em 14 de fevereiro de 2010.

GONZALEZ-VALLEJO, Claudia; WALLSTEN, Thomas S. *Effects of Probability Mode on Preference Reversal*. **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition**. Vol. 18, n. 4, p. 855-864, 1992.

GORDON, Laurence A.; LOEB, Martin P.; TSENG, Chih-Yang. *Enterprise risk management and firm performance: a contingency perspective*. **Journal of Accounting and Public Policy**. Vol. 28, p. 301-327, 2009.

HAMM, Robert M. *Selection of Verbal Probabilities: a solution for some problems of verbal probability expression*. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**. Vol. 48, p. 193-223, 1991.

HARRIS, Adam J.L.; CORNER, Adam; HAHN, Ulrike. *Estimating the probability of negative events*. **Cognition**. Vol. 110, p. 51-64, 2009.

HARRISON, Kenneth E.; PEARSON, Thomas C. *Communications Between Auditors and Lawyers for the Identification and Evaluation of Litigation, Claims, and Assessments*. **Accounting Horizons**. Jun., 1989.

HARRISON, Kenneth E.; TOMASSINI, Lawrence A. *Judging the probability of a contingent loss: An empirical study*. **Contemporary Accounting Research**. Vol. 5, n. 2, p. 642-648, 1989.

HENDRIKSEN, Eldon S. e VAN BREDA, Michael F. Trad. **Teoria da Contabilidade**. 5ª. Ed., São Paulo: Atlas, 1999.

HOFFMAN, Vicky B.; PATTON, James B. *How are loss contingency accruals affected by alternative criteria reporting and incentives*. **Journal of Accounting and Public Policy**. Vol. 21, p. 151-167, 2002.

HOGART, Robin M.. **Judgement and Choice: the psychology of decision**. 2. ed., Devon: Wiley, 1987.

HONDA, Hidehito; YAMAGISHI, Kimihiko. *Directional Verbal Probabilities Inconsistencies Between Preferential Judgments and Numerical Meanings*. **Experimental Psychology**. Vol. 53, n. 3, p. 161-170, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações – Suplemento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOHNSON, Richard D. *Making Judgments When Information is Missing: Inferences, Biases, and Framing Effects*. **Acta Psychologica**. Vol. 66, p. 69-82, 1987.

JUANCHICH, Marie; TEIGEN, Karl Halvor; VILLEJOURBERT, Gaëlle. *Is guilt 'likely' or 'not certain'? Contrast with previous probabilities determines choice of verbal terms*. **Acta Psychologica**. Vol. 135, p. 267–277, 2010.

KARELITZ, Tzur M.; BUDESCU, David V. *You Say "Probable" and I Say "Likely": Improving Interpersonal Communication With Verbal Probability Phrases*. **Journal of Experimental Psychology: Applied**. Vol. 10, n. 1, p. 25–41, 2004.

KIESO, Donald E.; WEYGANDT, Jerry J.; WARFIELD, Terry D. **Intermediate Accounting**. 12<sup>a</sup>. ed. Hoboken: Wiley, 2007.

KINNEY, WILLIAM R.; NELSON, Mark W. *Outcome Information and the "Expectation Gap": The Case of Loss Contingencies*. **Journal of Accounting Research**. Vol. 34, n. 2, p. 281-299, 1996.

LANGHE, Bart de; VAN OSSELAER, Stijn M.J.; WIERENGA, Berend. *The effects of process and outcome accountability on judgment process and performance*. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**. Vol. 115, p. 238–252, 2011.

LEITE, Joaquim Mendes. *Análise explícita às contingências: a pertinência de uma abordagem integrada na contabilidade de gestão estratégica*. In: **VII Congresso do Instituto Internacional de Custos**, 2001, Leon, Espanha.

LIYANARACHCHI, Gregory A. *Feasibility of using student subjects in accounting experiments: a review*. **Pacific Accounting Review**. Vol. 19, n. 1, p.47-67, 2007.

LIYANARACHCHI, Gregory A.; MILNE, Markus J. *Comparing the investment decisions of accounting practitioners and students: an empirical study on the adequacy of student surrogates*. **Accounting Forum**. Vol. 29, p. 121-135, 2005.

MARTINEZ, Antonio Lopo; FARIA, Mariana de Paula. Emissão de debêntures e *earnings management* no Brasil. **Revista de Informação Contábil**. Vol. 2, nº. 1, p. 57-71, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. – 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007

McGLONE, Matthew S.; REED, Ann B. *Anchoring in the interpretation of probability expressions*. **Journal of Pragmatics**. Vol. 30, p. 723-733, 1998.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

MILANI, Emiliano Ives; FERREIRA, Leonardo Nunes. **Provisão para contingências ambientais: um estudo exploratório**. Disponível: <<http://www.contabeis.ucb.br/sites/000/96/00000082.pdf>>. Acesso: 08 de junho de 2011.

MIZIK, Natalie; Jacobson, Robert. *Myopic Marketing Management: Evidence of the Phenomenon and Its Long-Term Performance Consequences in the SEO Context*. **Marketing Science**. Vol. 26, n. 3, p. 361-379, 2007.

NELSON, Mark W.; KINNEY, William R. Kinney. *The Effect of Ambiguity on Loss Contingency Reporting Judgments*. **The Accounting Review**. Vol. 72, p. 257-74, 1997.

OLIVEIRA, Araceli Farias de; BENETTI, Juliana Eliza; VARELA, Patrícia Siqueira. *Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBOVESPA*. In: **V Congresso ANPCONT**, 2011, Vitória. Anais...Vitória: ANPCONT, 2011.

OLIVEIRA, Jonas da Silva. Relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português. **Contabilidade e Gestão**. Nº. 4, p. 19-68, 2007.

OLSON, Michael J.; BUDESCU, David V. *Patterns of Preference for Numerical and Verbal Probabilities. Journal of Behavioral Decision Making*. Vol. 10, p. 117-131, 1997.

PAYNE, John W.; BETTMAN, James R.; COUPEY, Eloise; JOHNSON, Eric J. *A constructive process view of decision making: Multiple strategies in judgment and choice. Acta Psychologica*. Vol. 80, p. 107-141, 1992.

PIERCEY, M. David. *Motivated reasoning and verbal vs. numerical probability assessment: Evidence from an accounting context. Organizational Behavior and Human Decision Processes*. Vol. 108, p. 330–341, 2009.

POETA, Fabiana Zandonai ; VON KNOBLAUCH, Sizabelle C. A. ; BORBA, José Alonso. Um Estudo Acerca da Evidenciação das Contingências nas Maiores Empresas de Capital Aberto do Brasil de Acordo com o IAS 37. In: **XIII Congresso de Contabilidade de Auditoria**, 2011, Porto – Portugal.

PORTER, Gary A.; NORTON, Curtis L. *Using the Financial Accounting Information: the alternative to debits and credits*. 6. ed. Canada: South-Western, 2010.

REAGAN, Robert Timothy; MOSTELLER, Frederick; YOUTZ, Cleo. *Quantitative Meanings of Verbal Probability Expressions. Journal of Applied Psychology*. Vol. 74, n. 3, p. 433-442, 1989.

REIMERS, Jane L. *Additional Evidence on the Need for Disclosure Reform. Accounting Horizons*. Vol. 6, n. 1, 1992.

RENOOIJ, Silja; WITTEMAN, Cilia. *Talking probabilities: communicating probabilistic information with words and numbers. International Journal of Approximate Reasoning*. Vol. 22, p. 169-194, 1999.

RICH, Jay S.; JONES, Jefferson P.; MOWEN, Maryanne M.; HANSEN, Don R. *Cornerstones of Financial Accounting*. 2. ed. Canada: South-Western, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed., 9. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSE, Raymond R. *Environmental Liabilities with the Codification - Is It Simpler? Better?* **Environmental Claims Journal**. Vol. 22, n. 1, p. 49-60, 2010.

SIMON, Jon. *Interpretation of probability expressions by financial directors and auditors of UK companies*. **The European Accounting Review**. Vol. 11, n. 3, p. 601-629, 2002.

SNIEZEK, Janet A. *Groups under Uncertainty: An Examination of Confidence in Group Decision Making*. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**. Vol. 52, p. 124-155, 1992.

\_\_\_\_\_; HENRY, Rebecca A. *Accuracy and Confidence in Group Judgment*. **Organizational, Behavior and Human Decision Processes**. Vol. 43, p. 1-28, 1989.

SOLINO, Antonio da Silva; EL-AOUAR, Wallid Abbas. O processo de tomada de decisões estratégicas: entre a intuição e a racionalidade. **Caderno de Pesquisas em Administração**. Vol. 8, n. 3, p. 15-26, 2001.

SPICELAND, J. David; SEPE, James F.; NELSON, Mark W. **Intermediate Accounting**. 6. ed. New York: McGraw-Hill, 2011.

STICKNEY, Clyde P.; WEIL, Roman L. **Contabilidade Financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos**. São Paulo: Atlas, 2001.

SVENSON, Ola. *Process Descriptions of Decision Making*. **Organizational Behavior and Human Performance**. Vol. 23, p. 86-112, 1979.

\_\_\_\_\_; EDLAND, Anne; SLOVIC, Paul. *Choices and Judgments of Incompletely Described Decision Alternatives Under Time Pressure*. **Acta Psychologica**. Vol. 75, p. 153-169, 1990.

TEIGEN, Karl Halvor; BRUN, Wibecke. *Yes, but it is uncertain: Direction and communicative intention of verbal probabilistic terms*. **Acta Psychologica**. Vol. 88, p. 233-258, 1995.

\_\_\_\_\_. *The Directionality of Verbal Probability Expressions: Effects on Decisions, Predictions, and Probabilistic Reasoning.* **Organizational Behavior and Human Decision Processes.** Vol. 80, n. 2, p. 155–190, 1999.

\_\_\_\_\_. *When Equal Chances = Good Chances: Verbal Probabilities and the Equiprobability Effect.* **Organizational Behavior and Human Decision Processes.** Vol. 85, n. 1, p. 77–108, 2001.

TONETTO FILHO, Vitório; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz Do Amaral. Análise da variação nos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais. In: **10º. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.** 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2010.

TSAKUMIS, George T. *The influence of culture in accountant's application of financial reporting rules.* **Abacus.** Vol. 43, nº. 1, 2007.

TROTMAN, Ken T.; TAN, Hwee C.; ANG, Tan, Nicole. *Fifty-year overview of judgment and decision-making research in accounting.* **Accounting and Finance.** Vol. 51, p. 278–360, 2011.

WALLSTEN, Thomas S.; BUDESCU, David V. *A review of human linguistic probability processing : general principles and empirical evidence.* **The Knowledge Engineering Review.** Vol . 10, n. 1, p. 43-62, 1995.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; RAPOPORT, Amnon; ZWICK, Rami; FORSYTH, Barbara. *Measuring the Vague Meanings of Probability Terms.* **Journal of Experimental Psychology: General.** Vol. 115, n. 4, p. 348-365, 1986.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; ZWICK, Rami; KEMP, Steven M. *Preferences and reasons for communicating probabilistic information in verbal or numerical terms.* **Bulletin of the Psychonomic Society.** Vol. 31, n. 2, p. 135-138, 1993.

WHITTINGTON, Geoffrey. **Fair Value and the IASB/FASB Conceptual Framework Project: An Alternative View.** Draft, for

comment. .Set, 2007. Disponível:  
[http://www.eiasm.org/userfiles/fair\\_value\\_and\\_the\\_iasb\\_septclean.doc](http://www.eiasm.org/userfiles/fair_value_and_the_iasb_septclean.doc).  
Acesso em: 12 jan. 2012.

WINDSCHITL, Paul D.; WELLS, Gary L. *Measuring Psychological Uncertainty: Verbal Versus Numeric Methods*. ***Journal of Experimental Psychology: Applied***. Vol. 2, n. 4, p. 343-364, 1996.

ZANLUCA, Júlio César. **Contabilidade empresarial**. Curitiba: Portal Tributário, 2003.



## APÊNDICE A – Teste Tradução Verbal-Numérica

A qual fase você pertence? \_\_\_\_\_

Suponha que você é o contador responsável pela companhia de capital aberto **Suprimentos S.A.** A Suprimentos S.A. vende produtos para diversos varejistas, incluindo a Companhia ABC.

Após analisar todas as informações relevantes da Companhia ABC, como índices financeiros e demonstrações contábeis, **sua tarefa é avaliar a contingência relacionada com contas à receber.**

Abaixo seguem algumas informações sobre o **Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes** – que é a norma brasileira que estabelece critérios a respeito do reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, passivos e ativos contingentes.

As contingências devem ser analisadas pela entidade em virtude de sua probabilidade de ocorrência, sendo qualificadas como **prováveis, possíveis ou remotas** de que se incorra em um passivo ou que se realize um ativo.

O quadro abaixo, baseado no CPC 25, define como proceder em cada caso de probabilidade (provável, possível e remota) para passivos contingentes e provisões:

|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
| <b>Provisão e Passivo contingente:</b> | São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros: |   |  |
| <b>Condição</b>                        | <b>Provável</b><br><br>Há obrigação presente que <i>provavelmente</i> requer uma saída de recursos.   | <b>Possível</b><br><br>Há obrigação <i>possível</i> ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos. | <b>Remota</b><br><br>Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é <i>remota</i> . |
| <b>Provisão</b>                        | A provisão é reconhecida  | Nenhuma provisão é reconhecida  | Nenhuma provisão é reconhecida   |
| <b>Divulgação</b>                      | Divulgação é exigida para a provisão  | Divulgação é exigida para o passivo contingente   | Nenhuma divulgação é exigida   |

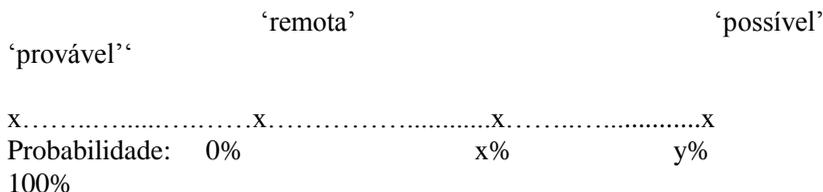
Com base no quadro acima, pode-se, de forma resumida, dizer que as contingências passivas recebem o seguinte tratamento:

- 1) **Quando consideradas remotas:** não ocorre constituição provisão e não é exigida divulgação em notas explicativas;
- 2) **Quando consideradas possíveis:** não ocorre constituição de provisão, porém, é exigida a divulgação em notas explicativas;
- 3) **Quando consideradas prováveis:** é constituída provisão e divulgação em notas explicativas (neste caso, o passivo contingente passa a ser um passivo provisionado).

**Dentre as três probabilidades (provável, possível e remota) o Pronunciamento define apenas o conceito de Provável:** quando o evento for mais provável que sim do que não de ocorrer, isto é, se a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer.

**A norma ainda ressalta que o uso de estimativas é uma parte essencial da elaboração das demonstrações contábeis e não prejudica sua confiabilidade.**

A forma como as contingências são relatadas nas demonstrações financeiras depende da determinação dos pontos de corte e de  $x\%$  e  $y\%$ , conforme a escala abaixo.



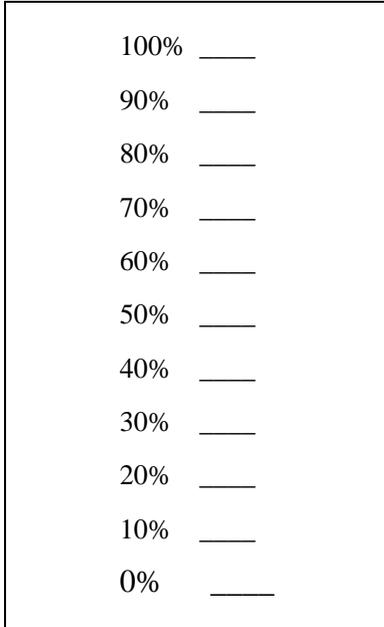
A determinação dos pontos onde termina a probabilidade “remota” e inicia a probabilidade “possível” e onde termina a probabilidade “possível” e inicia a probabilidade “provável” podem variar em função das características e interpretações do profissional que está analisando determinada situação contingente.

Diante disto, qual é a sua percepção das três regiões de probabilidades? Por favor, forneça a sua resposta sobre a escala de probabilidade, **marcando X e Y abaixo**, como segue:

**X** em um ponto inferior para indicar a sua percepção sobre o limite de onde termina a probabilidade “remota” e inicia a probabilidade “possível”.

**Y** em um ponto superior para indicar a sua percepção sobre o limite onde termina a probabilidade “possível” e inicia a probabilidade “provável”.

**Obs: marcar apenas um X e um Y na escala abaixo.**



## APÊNDICE B – Teste Tradução Numérica-Verbal

A qual fase você pertence? \_\_\_\_\_

Suponha que você é o contador responsável pela companhia de capital aberto **Suprimentos S.A.** A Suprimentos S.A. vende produtos para diversos varejistas, incluindo a Companhia ABC.

Após analisar todas as informações relevantes da Companhia ABC, como índices financeiros e demonstrações contábeis, **sua tarefa é avaliar a contingência relacionada com contas à receber.**

Abaixo seguem algumas informações sobre o **Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes** – que é a norma brasileira que estabelece critérios a respeito do reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, passivos e ativos contingentes.

As contingências devem ser analisadas pela entidade em virtude de sua probabilidade de ocorrência, sendo qualificadas como **prováveis, possíveis ou remotas** de que se incorra em um passivo ou que se realize um ativo.

O quadro abaixo, baseado no CPC 25, define como proceder em cada caso de probabilidade (provável, possível e remota) para passivos contingentes e provisões:

|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
| <b>Provisão e Passivo contingente:</b> | São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros: |   |  |
| <b>Condição</b>                        | <b>Provável</b><br><br>Há obrigação presente que <i>provavelmente</i> requer uma saída de recursos.   | <b>Possível</b><br><br>Há obrigação <i>possível</i> ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos. | <b>Remota</b><br><br>Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é <i>remota</i> . |
| <b>Provisão</b>                        | A provisão é reconhecida  | Nenhuma provisão é reconhecida  | Nenhuma provisão é reconhecida   |
| <b>Divulgação</b>                      | Divulgação é exigida para a provisão  | Divulgação é exigida para o passivo contingente   | Nenhuma divulgação é exigida   |

Com base no quadro acima, pode-se, de forma resumida, dizer que as contingências passivas recebem o seguinte tratamento:

- 1) **Quando consideradas remotas:** não ocorre constituição provisão e não é exigida divulgação em notas explicativas;
- 2) **Quando consideradas possíveis:** não ocorre constituição de provisão, porém, é exigida a divulgação em notas explicativas;
- 3) **Quando consideradas prováveis:** é constituída provisão e divulgação em notas explicativas (neste caso, o passivo contingente passa a ser um passivo provisionado).

**Dentre as três probabilidades (provável, possível e remota) o Pronunciamento define apenas o conceito de Provável:** quando o evento for mais provável que sim do que não de ocorrer, isto é, se a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer.

**A norma ainda ressalta que o uso de estimativas é uma parte essencial da elaboração das demonstrações contábeis e não prejudica sua confiabilidade.**

São dadas algumas probabilidades numéricas. Cada probabilidade numérica representa a chance de que a empresa não irá receber parte do valor devido pela Empresa ABC. Por favor, decida qual o termo que melhor descreve cada probabilidade numérica, escolhendo entre "remota", "possível" e "provável".

| A probabilidade numérica é | Qual dos três termos melhor descreve a probabilidade numérica? (Escolha um)                         |
|----------------------------|---|
| 30%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 10%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 90%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 0%                         | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 40%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 70%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 100%                       | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 20%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 80%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 60%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |
| 50%                        | Remota <input type="checkbox"/> Possível <input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> |



## APÊNDICE C – Questão Pós-Experimental

### *Questão Pós-experimental:*

*De acordo com o CPC 25, para análise, reconhecimento e divulgação das contingências, os profissionais devem basear-se em probabilidades verbais, verificando se a possibilidade de uma determinada contingência vir a ocorrer é considerada 'remota', 'possível' ou 'provável'. Não há, deste modo, embasamento em probabilidades numéricas, ficando a critério da interpretação, experiência e conhecimento do profissional a decisão a ser tomada em cada caso de contingência.*

*Você acredita que se a norma CPC 25 acrescentasse probabilidades numéricas (em porcentagem) aos termos de probabilidade (provável, possível e remota) facilitaria a interpretação em situações de contingência? Veja exemplo abaixo.*

- Sim. Facilitaria a interpretação
- Não. Não facilitaria a interpretação

*Exemplo:*

- **Remota** (de 0% a 25% a probabilidade de ocorrer)
- **Possível** (de 25% a 55% a probabilidade de ocorrer)
- **Provável** (de 55% a 100% a probabilidade de ocorrer)



## ANEXO A – FLUXOGRAMA CPC 25

